

TRINCHEIRAS

Revista de cidadania at



ibase.

3ª edição,
novembro de 2015

MARCO

Sumário

1 Charge:
Claudius Ceccon

2 Conjuntura Nacional: Serviços:
uma nova agenda para o Brasil?

3 Perfil: Betinho

4 Entrevista:
Luciene Lacerda

5 Debates: Um time de sociólogos analisa
a América do Sul dentro de um contexto
de um mundo em evolução.

6 Memória: Rio para quem?

7 Reportagem: Cidade “ainda” partida

8 Indicadores de Cidadania: Bens comuns
e Indicadores de Cidadania

9 Caleidoscópio: Dicas de publicações,
campanhas, filmes e outros
produtos e atividades

Expediente

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises
Sociais e Econômicas
Rua Senador Dantas, 40 | Centro | Rio de
Janeiro | 20031-203
Tel: (21) 3528-3535 |
ibase@ibase.br | www.ibase.br

Equipe de Comunicação

Martha Neiva Moreira – Coordenação
Ana Redig – Edição

Projeto gráfico e diagramação
- Estúdio Sopa

Conselho Editorial

Ana Redig
Cândido Grzybowski
Claudius Ceccon
Cleonice Dias
Marcia Florêncio
Mario Osawa
Martha Neiva Moreira
Nahyda Fraca
Regina Novaes
Rita Brandão
Robson Oliveira

Apoio



EDITORIAL

Cândido Grzybowski Sociólogo,
logo, diretor do Ibase

A revista **Trincheiras** chega ao número 3 abrindo seu caminho. Para o Ibase, ela está se revelando um bom desafio, como forma de intervenção no debate público e na disputa de significados, visões e imaginários mobilizadores da agenda democrática. A novidade de ser digital nos traz possibilidades, sobretudo de alcance – quase ilimitado, ao menos para quem tem acesso à internet e sabe ler português – e de flexibilidade. Este mundo da cultura digital só se expande, e comporta quase tudo. Tem um quê de cultura libertária, mas é muito anárquica. Por isso, estar na rede não quer dizer que, automaticamente, a revista é acessada e lida. Ela precisa conquistar o seu espaço no processo mesmo de se fazer como uma revista digital. Agora, que maravilha de flexibilidade! A questão é saber se seremos capazes de usar todas as possibilidades. Iniciamos uma discussão interna e estamos renovando e estruturando melhor o Conselho Editorial para isso. Uma primeira pista é que a revista precisa ser mais leve e alegre, com textos mais curtos, e menos tijolão. Como trincheira de cidadania, não precisa ser sisuda, mas sim celebrar a vida e a cidadania com algo envolvente e estimulante.

Estamos comprometidos em melhorá-la no visual e na sua empatia, para uma leitura aprazível.

Aprendemos com o Betinho a importância estratégica do debate público, da disputa de ideias e da mobilização cidadã para causas, com ousadia, e até humor, se preciso for. Por isso o Ibase sempre apostou no campo da comunicação. Ter o Betinho, com sua sensibilidade e capacidade de ativista e beleza no manejo das palavras e da linguagem, marcou o Ibase desde sua fundação, lá no início dos anos oitenta do século passado. O Ibase foi pioneiro com o Ceta (vídeos para educação popular), o Cria (cassetes com notícias para rádios comunitárias e sistemas locais de comunicação) e o Alternex (primeiro provedor de acesso à internet pelos movimentos e organizações da sociedade civil). Mas Betinho se mostrou um mestre de comunicação ao mobilizar comunicadores para campanhas de cidadania, como a emblemática Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida – a “Campanha da Fome”. As campanhas de cidadania que animou, com profundo senso de oportunidade nas conjunturas do país, carregadas de mensagem ética de participação cidadã e radicalidade democrática, deram ao Betinho estatura de figura emblemática do Brasil democrático, inspiração para muita gente. Por esse legado cabe ao Ibase zelar de forma particular, e é o que tentamos fazer. A revista **Trincheiras** procura ser uma forma de seguir inovando em comunicação e debate público cidadão.

Como em 3 de novembro Betinho completaria 80 anos, se vivo fosse, damos destaque a ele no perfil, e os leitores e leitoras também poderão encontrar Betinho difuso nas matérias. Tentamos enfrentar a opinião dominante formada pela mídia, como ele nos ensinou, dando visibilidade e introduzindo agendas às vezes ausentes do debate público. Por favor, leiam, compartilhem e nos escrevam, dando sua opinião sobre o quanto estamos conseguindo corresponder a tal legado.



Foto: Rodrigo Miguez

Boa leitura!





CONJUNTURA NACIONAL

Serviços: uma nova agenda para o Brasil?

Francisco Menezes
*Pesquisador do Ibase e consultor
da ActionAid Brasil*

Se examinarmos as agendas que foram mais centrais nos últimos trinta anos no Brasil, não é difícil identificar que o fim do regime autoritário impôs a diferentes forças uma disputa em torno do modelo de redemocratização do país na segunda metade da década de 1980. Resultou daí a chamada Constituição Cidadã, sancionada em 1988. Mas também restou, paradoxalmente, um sistema político que ainda carregaria consigo pesadas heranças do período ditatorial. Já germinavam, ao mesmo tempo, aqueles que seriam os fatores que determinariam a agenda seguinte.

A economia brasileira se desestabilizara, desde o início da década de 1980, desencadeando-se um processo inflacionário crescente. A sucessão de fracassados planos persistiu até o lançamento do Plano Real, em 1995, que, independentemente dos julgamentos que possa suscitar, estabilizou a moeda e deteve a inflação. A estabilidade alcançada resultou de início em algum ganho para a maioria da população, que se defrontava com muitas dificuldades para preservar seu já reduzido poder de compra em um contexto de hiperinflação. No entanto, esses ganhos não se mantiveram durante muito tempo nem corrigiram a desigualdade e a pobreza que prevalecia no país.

Foi com base nesse quadro que a agenda da inclusão social se tornou central, iniciando-se com a prioridade dada ao combate à fome, no começo do primeiro governo Lula, e, posteriormente, se desenvolvendo com o projeto de criação

de um mercado de consumo de massa, por meio de significativa recuperação do salário mínimo, do crescimento do emprego formal e da política de transferência de renda, por meio do Bolsa Família e do Benefício da Prestação Continuada. O êxito dessa política, dentro dos objetivos a que se propôs, mostrou-se inquestionável. Com o Plano Brasil sem Miséria, instituído em 2011, realizou-se o esforço de inclusão daqueles que eram os mais pobres entre os pobres, e até então invisíveis para as políticas públicas. A realização da meta de erradicação da pobreza extrema efetivou-se principalmente mediante a transferência de renda, mais uma vez tendo o Bolsa Família como carro-chefe dos programas sociais. Deu-se seguimento, simultaneamente, ao esforço de melhorias no acesso aos serviços públicos. Não se conseguiu, no entanto, enfrentar os desafios mais estruturais, que impedem a oferta desses serviços com qualidade para todos. As jornadas de protestos de junho de 2013 foram uma forte sinalização de que o acesso a esses serviços em condições dignas inscreve-se como a nova agenda em disputa no país. Naquela oportunidade, o tema do transporte público foi o desencadeador das manifestações, mas serviços relacionados à educação, saúde e saneamento, entre outros, também cobram respostas para uma população cada vez mais insatisfeita e, ao mesmo tempo, exigente no atendimento a seus direitos.

Se for considerado o atual contexto de crise política e econômica que o Brasil atravessa, pode parecer improvável que essa agenda encontre espaço para se desenvolver face às restrições impostas pelo ajuste que vem sendo praticado, mas o fato é que a puxada no freio em relação ao enfrentamento dos enormes déficits existentes nesses serviços poderá produzir para o futuro um quadro ainda mais difícil de ser enfrentado. A questão orçamentária tem muito peso para as políticas relacionadas com os serviços públicos, embora o problema não se restrinja apenas à disponibilidade de recursos. O tema da gestão e das responsabilidades dos entes federativos é igualmente relevante e exige uma séria revisão sobre as atribuições de cada ente. Porém, entre os fatores estruturais que têm trazido maiores dificuldades para a garantia do direito a serviços públicos de qualidade está a apropriação privada desses serviços, com todas as consequências que isso acarreta. A crescente mercantilização, que se torna mais acentuada à medida que o Estado não exerce seu papel, retira gradativamente desses serviços sua condição de direito.

Não é de hoje que interesses privados pressionam os serviços públicos, identificando neles a oportunidade de multiplicarem lucros. Na década de 1990, assistiu-se a uma aceleração dos processos de privatização, sobretudo na saúde, na educação e no saneamento. Se a agenda de crescimento com inclusão social impôs-se na década seguinte, na esfera da oferta de serviços públicos, ampliou-se o assédio privatista, sempre se valendo da argumentação da incapacidade do Estado de responder por conta própria às lacunas de qualidade desses serviços. E isso se dá com uma baixa, ou mesmo ausência, da necessária regulação do setor privado. São muitos os exemplos de como esse processo vem se dando.

Na educação superior, o Programa Universidade para Todos (ProUni) demonstra a complexidade existente quando a empresa privada é investida de uma finalidade pública. É fato que, decorridos

A crescente mercantilização, que se acentua à medida que o Estado não exerce seu papel, retira gradativamente desses serviços sua condição de direito.

A maior parte dos 60 milhões de brasileiros vinculadas a planos de saúde têm planos empresariais. Mais velhos e aposentados, os custos sobem, deixando muitos sem este seguro.

11 anos do ProUni, ampliou-se significativamente o acesso à universidade de alunos bolsistas em instituições privadas de ensino superior, que, em contrapartida, passam a gozar de isenções fiscais. O programa serviu também para reduzir uma capacidade ociosa expressiva dessas empresas de educação. Seus defensores argumentam com o menor custo auferido no preenchimento dessas vagas, se comparado com os custos das universidades públicas, permitindo uma democratização do acesso ao ensino superior. Os críticos rebatem, acusando o programa de servir como instrumento de privatização da educação, por contemplar os “interesses do capital no tocante à produção de certo tipo de conhecimento”. [1] O Estado deixaria, assim, de cumprir seu papel, previsto na Constituição, de garantir a expansão do ensino público e gratuito para todos.

A maior parte dos 60 milhões de brasileiros vinculadas a planos de saúde têm planos empresariais. Mais velhos e aposentados, os custos sobem, deixando muitos sem este seguro.

No tocante à saúde, com a Constituição de 1988, o direito a esse serviço foi universalizado, mas, paradoxalmente, desde a promulgação da Carta, assistiu-se ao crescimento da presença do setor privado por meio dos planos de saúde. A realidade atual é preocupante. Hoje, 60 milhões de pessoas estão vinculadas a eles, sendo que, na sua maioria, a planos empresariais, ou seja, o indivíduo é beneficiado em virtude de seu vínculo empregatício. Quando fica mais velho e deixa de trabalhar, os custos se multiplicam, deixando muitos alijados desse seguro. Além disso, os planos arrecadam dos segurados e, ao mesmo tempo, cobram dos cofres públicos o ressarcimento pelos gastos realizados com essa população. Essa situação contraria frontalmente os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que concebe a saúde como um bem social, não submetido à lógica do mercado, e que tem como finalidade prover acesso universal a serviços de qualidade.

A preocupação aumenta consideravelmente com o que vem acontecendo no âmbito do Congresso Nacional face à ofensiva lá desencadeada, uma verdadeira operação de desmonte do SUS. Uma primeira arremetida deu-se com a Emenda Constitucional 86, aprovada em março de 2015, que dispõe sobre o chamado orçamento impositivo, reduzindo os recursos destinados à saúde, ao prever o percentual de 15% das receitas correntes líquidas (em cinco anos), no lugar de 10% das receitas correntes brutas, como era previsto em projeto de lei de iniciativa popular. A emenda obriga o Executivo a cumprir as emendas parlamentares ao orçamento em uma proporção que representará quase R\$ 5 bilhões em emendas aplicadas na saúde. Segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), isso permitirá ao Legislativo “apresentar as formas e os destinos de aplicação desses investimentos, reduzindo assim a autonomia do Ministério da Saúde na condução das políticas públicas e na estruturação do SUS”. Sabendo-se do peso que os planos de saúde têm

no financiamento de campanha de inúmeros parlamentares, pode-se prever como parte considerável desses recursos será utilizada. Além dessa emenda constitucional, deve-se alertar para o significado da aprovação da Lei 13019/14, que abre para o capital estrangeiro a assistência à saúde, indo de encontro ao que determina a Constituição, que reconhece a saúde como um direito público. E, combinado com essas duas afrontas ao SUS, discute-se agora a PEC 451, de autoria do presidente da Câmara dos Deputados, que estabelece como obrigação dos empregadores garantir a associação de seus empregados a seguradoras e operadoras privadas e empresas de planos de saúde.

Em relação ao saneamento, um serviço público fundamental para o bem-estar da população, encontram-se problemas semelhantes, frente ao afã de empresas privadas que veem nesse tipo de serviço a oportunidade de

[1] OLIVEIRA, J. F. et al. “A reforma da Educação Superior e os mecanismos de parceria público-privada”. *Perspectiva*, v. 23, n. 2, Florianópolis, 2005.

No Brasil, as principais fontes de financiamento para saneamento são o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Orçamento Geral da União. No entanto, parte considerável dos recursos destinados para o investimento nesse serviço dirige-se para projetos da iniciativa privada.

A questão acerca da dicotomia entre o público e o privado vale para os demais serviços. Caso se confirme que a universalização de serviços públicos de qualidade ocupará a agenda central do país nos próximos anos, a disputa sobre essa questão deverá se acirrar ainda mais. As decisões se darão a partir do enfrentamento de forças que têm interesses bem conflitantes, dentro de um sistema político que, na forma como hoje está definido, pode comprometer gravemente a natureza pública e equânime que os serviços devem ter. Assim, a luta por acesso a serviços públicos de qualidade e universais não pode ser travada de forma dissociada da luta pela instituição de um sistema político que permita, de fato, a expressão da vontade das maiorias. ▀

maximização de lucros, em detrimento do bem público. Pelas características específicas desses serviços, em que déficits em sua oferta podem comprometer a saúde e a própria vida do público atendido, eles não poderiam estar submetidos às regras de mercado, sendo os seus usuários tratados como meros clientes. Isso impõe determinados critérios e prioridades, aos quais o Estado não pode se esquivar sob a alegação de falta de recursos. No Brasil, as três principais fontes de financiamento para o saneamento são o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Orçamento Geral da União. No entanto, parte considerável dos recursos destinados para o investimento nesse serviço dirige-se para projetos da iniciativa privada, quando deveria apoiar prestadores públicos. A iniciativa privada procede em relação a esses recursos como um negócio, valendo-se de baixas taxas de juros e entrando com um aporte próprio muito diminuto. Essa política, construída a partir de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), é muito pouco regulada, sempre com o argumento de que, feita de forma diferente, deixaria de atrair o capital privado.

O exemplo dado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) mostra de forma veemente a contradição produzida entre o interesse que é regido em função do lucro e as responsabilidades públicas. Os anos de 2012 e 2013 registraram os maiores lucros líquidos da história da Companhia, chegando a quase 2 bilhões de reais. Com presença na Bolsa de Nova Iorque, distribuiu em dividendos cerca de R\$ 500 milhões para seus acionistas, ao mesmo tempo em que não fez os investimentos minimamente necessários para prevenir a ocorrência de uma crise hídrica como a que ocorre no estado de São Paulo, penalizando severamente sua população. Diante disso, vale prestar atenção ao fato de que países da Europa e da América do Norte começam a revisar esse modelo. Cidades como Paris e Atlanta, que tinham presença preponderante da iniciativa privada nesse serviço, passam por um processo de remunicipalização, voltando a organizar o setor público para reassumir esse serviço.

PERFIL

Betinho

A esperança equilibrista

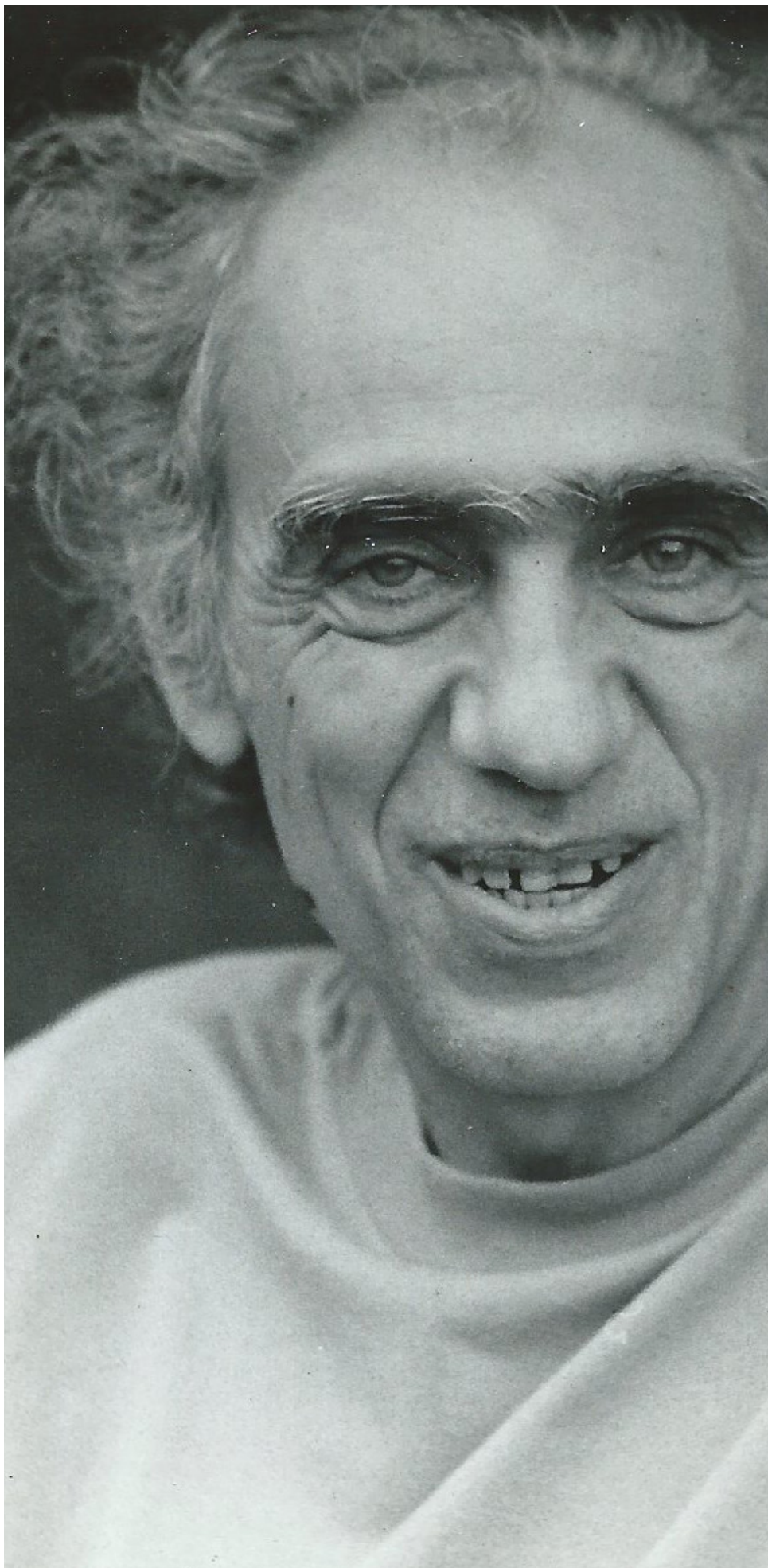
Ana Redig
Jornalista e editora da
revista Trincheiras

**“Quem fica
na memória
de alguém
não morre.”**

Betinho

No último dia 3 de novembro de 2015 o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, faria 80 anos. Haveria festa, com certeza. Com cerveja, música, amigos e muita conversa boa. Esse homem incomum insistiu em viver, apesar das muitas dificuldades que a vida lhe impôs: nasceu com hemofilia, adaptou-se. Contraiu tuberculose, foi por pouco, mas curou-se. Foi perseguido, sofreu no exílio, mas resistiu e voltou. Em seus olhos transparecia a crença de que venceria também o HIV. Infelizmente perdeu.

Betinho morreu aos 61 anos, mais magrinho do que jamais fora, deixando um legado forte e raro. Tornou-se um símbolo de esperança, da esperança de um Brasil melhor. Até 1979, quando voltou ao país com outros exilados políticos, *ética, cidadania e solidariedade* eram palavras pouco pronunciadas por aqui. Na verdade, conviviam pouco com essas ideias.



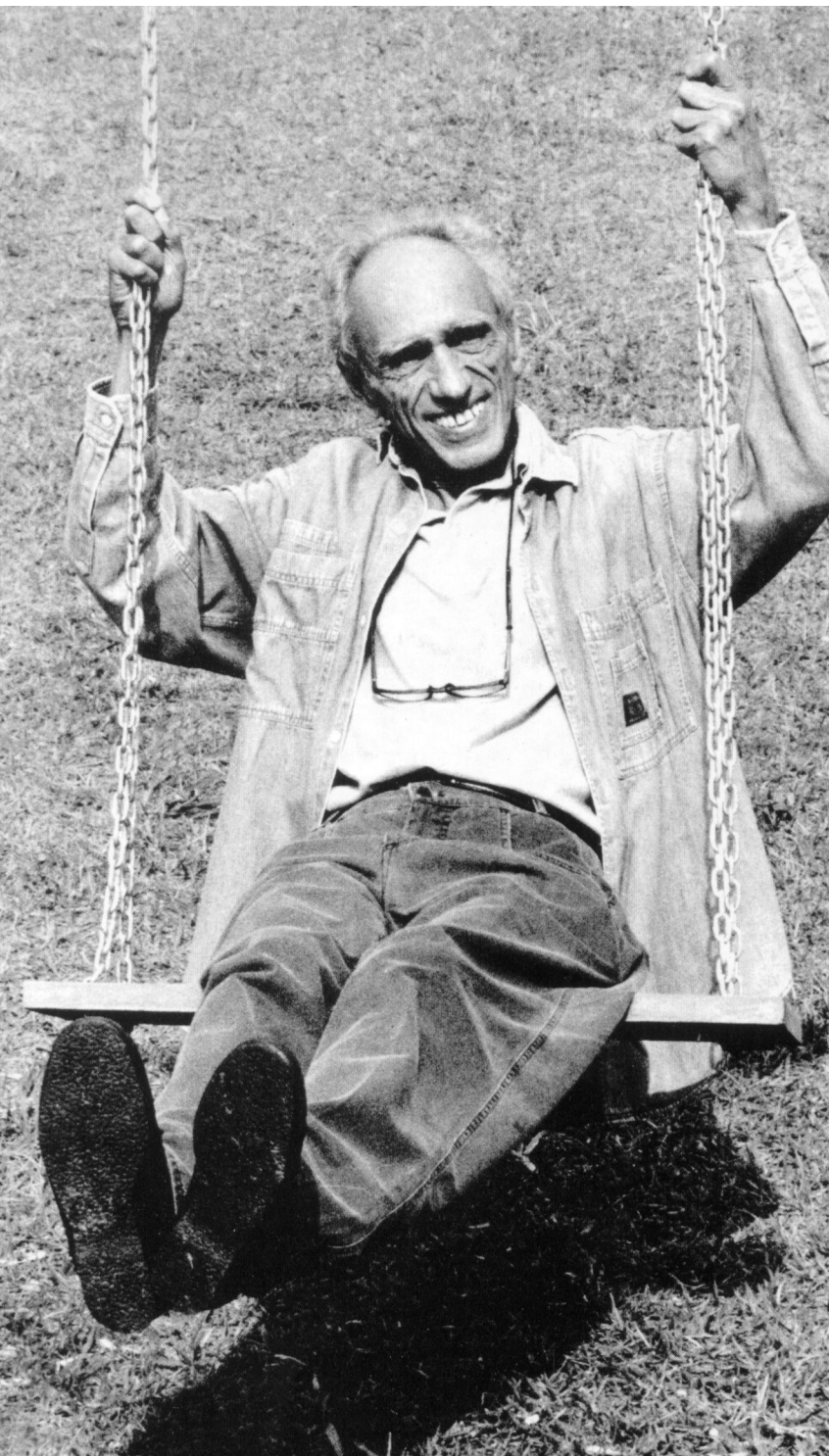


Foto: Dadá Cardoso

“Democracia serve para todos ou não serve para nada.”

Betinho

Junto com Carlos Afonso e Marcos Arruda, fundou o Ibase, uma organização de cidadania ativa, que muitos chamam de organização não governamental, ou ONG. Na época, era um novo modelo de instituição, trazida na bagagem do Canadá. A voz da sociedade brasileira estava calada depois de mais de 20 anos de ditadura militar. O Brasil teria que fazer um esforço para se reconstruir, e isso incluía a necessidade de voltar a falar, de ter voz. O Ibase foi uma das “vozes” da sociedade civil entre as muitas organizações criadas na época que ajudaram a incluir a participação, a ética e a cidadania no processo político do país.

Carlos Afonso diz que Betinho tinha as questões éticas e morais tão internalizadas que isso se refletia nas menores coisas do cotidiano, não apenas na política. Talvez por isso sua conversa fosse sempre tão interessante. Ele tinha uma facilidade incrível para explicar as coisas mais complicadas de uma forma simples, compreensível para pessoas com qualquer formação. Dono de um raciocínio rápido, era um comunicador como poucos: gostava de ouvir uma boa história e apreciava todos os tipos de interlocutor: não fazia diferença entre um PhD e um feirante; um ministro de Estado e um taxista. Como bom mineiro, estava sempre disposto para uma boa prosa, de preferência, acompanhada de uma cerveja gelada.

Sua figura frágil, seu corpo franzino e seu olhar acolhedor não conseguiam disfarçar a personalidade forte e o espírito intenso. Betinho não tinha tempo a perder. Tinha, o tempo todo, consciência da morte iminente e, por isso, se jogava nas coisas, nos projetos e nas ideias com todo o coração. Vivia, pois, com verdade e paixão.

Legado cidadão

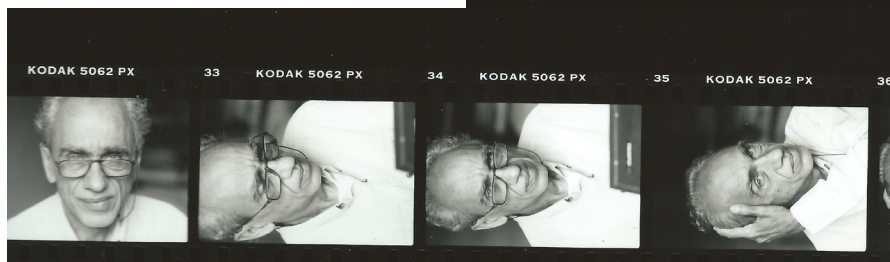
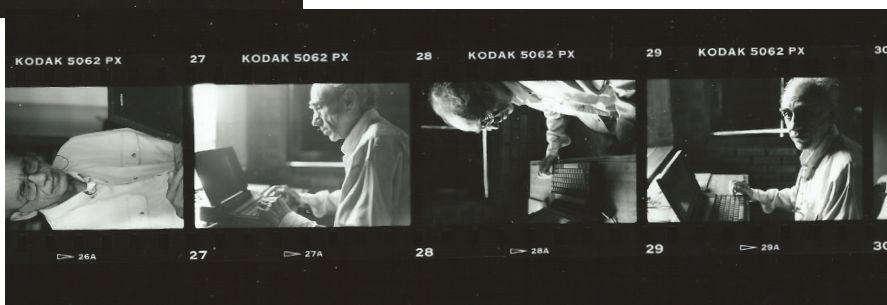
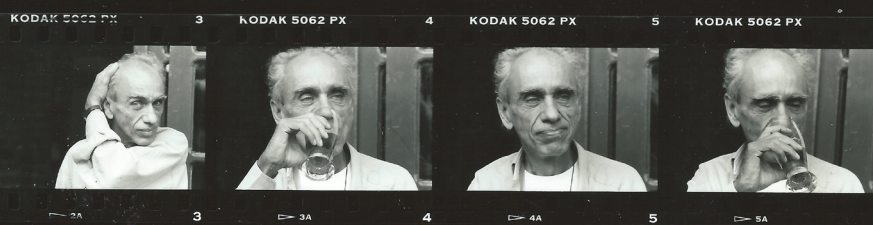
Contaminado com o vírus do HIV graças às muitas transfusões de sangue que precisou fazer por causa da hemofilia, batalhou e conseguiu, com outros ativistas, incluir na Constituição de 1988 a proibição da comercialização do sangue e seus produtos. O Brasil não tinha, até então, nenhuma regulação sobre o sangue e a epidemia de Aids se espalhava sem controle. Betinho ajudou a fundar, em 1989, a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia) e o trabalho da ONG fez com que o Estado assumisse sua responsabilidade, investindo em pesquisas, quebra de patentes, testagem e tratamento gratuito. Hoje o Brasil é referência mundial na prevenção e no tratamento da Aids.

Em 1992, Betinho foi uma das principais lideranças do Movimento pela Ética na Política, que culminou no impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Desacostumado com o funcionamento da democracia, depois de anos de ditadura, o povo brasileiro foi para as ruas, sedento por exercer sua cidadania. Vários setores da sociedade se uniram em torno da ideia de que precisávamos (e continuamos precisando) de ética na política. A mobilização necessária para derrubar um presidente corrupto não foi pouca e essa energia não podia se perder. Foi nesse contexto que surgiu a campanha Ação da Cidadania contra a *Fome*, a *Miséria* e pela *Vida*.

Como aceitar a pobreza extrema de 32 milhões de brasileiros? [1] Isso é ético? Betinho foi para a televisão e disse: “Olhe em volta. Tem algo que você possa fazer em relação a isso? Doe um quilo de alimento não perecível. Pode parecer pouco, mas pode tudo para quem está com fome”. E as toneladas de comida iam se espalhando pelo país. Sem controle, sem cadastramento, cada um fazia o que podia, como podia. Era possível sentir a força da participação popular. Todos queriam colaborar. Assim, a Ação da Cidadania se tornou a maior campanha popular de que o país já teve notícia.

Para Betinho, nada parecia impossível. Diante dos desafios, ele perguntava com uma tranquilidade desconcertante: “Já tentamos isso? Então vamos tentar, pode funcionar”. Muitas vezes funcionou. No segundo ano da Ação, ele disse: “Comida só não adianta. A gente precisa criar empregos”. O coro dos cétricos ecoou: “Qualquer pessoa pode doar comida, mas emprego exige uma estrutura, não vai funcionar”, insistiu o senso comum. E ele, impávido: “Já tentamos? Vamos tentar!”. Em uma semana havia chinelos com a marca da Ação da Cidadania em cima das mesas do Ibase. Reunidas em cooperativas, as pessoas faziam e vendiam tijolos, roupas, docinhos. Essas experiências criaram a vivência de ser cidadão em pessoas de todas as classes sociais. Todos se sentiam parte desse grande movimento, que existe até hoje, ainda que em escala menor.





Fotos: Maria Nakano

“Cidadão é o indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade.”

Betinho

A Ação da Cidadania não “só” doou alimentos, gerou empregos e ensinou ao brasileiro o valor do voluntariado, do trabalho coletivo, da solidariedade. Ela deu a partida para uma política pública de combate à fome. Segundo o Ipea, cerca de 10 milhões de brasileiros vivem hoje abaixo da linha da pobreza, um número 40% menor do que em 1992. A luta contra a fome e pela qualidade do sangue no Brasil foram apenas duas frentes de luta das muitas batalhas que Betinho travou durante a vida. Ambas se tornaram políticas públicas de sucesso no Brasil, sem que Betinho tivesse aceitado um cargo público, dos muitos que lhe foram oferecidos. Preferiu manter-se livre e independente enquanto houvesse vida para viver.

Livre, ele participou de movimentos pela reforma agrária, pela garantia dos direitos humanos, contra o sexismo e o racismo, entre muitas outras bandeiras. Todos esses temas se tocam, de alguma forma, nos conceitos de ética, cidadania e solidariedade. Betinho e o Ibase acabaram por presenciar o nascimento de algumas tantas instituições de sucesso, graças à capacidade do sociólogo de reunir pessoas em torno de si e inspirá-las a seguir em frente com suas lutas.

No dia 9 de agosto de 1997, um Dia dos Pais, ele perdeu a luta que travava pela vida. Até hoje ele faz falta para o país, especialmente quando nos vemos em um barco sem rumo, em um país sem projeto, em um mundo dividido. O que ele diria diante desse Congresso que pisa repetidamente nos direitos das pessoas e que tenta destruir o espírito cidadão com que nossa Constituição foi escrita? Que bom seria poder abrir uma cerveja e ouvir o que o “irmão do Henfil” pensa a respeito. Sinto falta de entrar na sala dele para conversar “sem pauta”, apenas para trocar uma ideia, ouvir um caso. Sempre saía de lá estimulada, esperançosa, com vontade de mudar alguma coisa, de fazer algo melhor. Nestes tempos em que o mundo vive as últimas consequências da intolerância, Betinho faz mais falta do que nunca. ♥

“A ética é uma espécie de cimento na construção da sociedade: se existe um sentimento ético profundo, a sociedade se mantém bem estruturada, organizada; e, quando esse sentimento ético se rompe, ela começa a entrar numa crise autodestrutiva”.

Betinho



ENTREVISTA

Luciene Lacerda - Do palco para a luta

Martha Neiva Moreira
Jornalista do Ibase

Uma menina da nossa escola apanhava quando tirava notas mais baixas que a nossa, “aquelas irmãs cabelos de Bombril”.

Aos 26 anos, Luciene Lacerda participou de sua primeira passeata. Foi em 11 de maio de 1988, por ocasião dos questionamentos do Movimento Negro sobre a comemoração dos cem anos da abolição da escravatura no Brasil. O momento foi tenso, com cerco policial reprimindo os manifestantes que denunciavam a “farsa da abolição no país” e, por isso mesmo, marcante também para ela que, desde então, mergulhou de cabeça na militância. Luciene, que é psicóloga e pesquisadora do departamento de Bioética do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), não está no Brasil. Ela pesquisa, em universidades de Montreal, no Canadá, projetos já implantados de enfrentamento a diferentes formas de violência dentro do campus universitário. A pesquisa se insere no escopo de um trabalho longo na área de saúde coletiva que se dedica a investigar a relação entre identidade racial, de gênero e saúde. Do Canadá, ela concedeu esta entrevista, por Skype, em que conta sobre seu trabalho atual, a trajetória até a militância e os desafios da primeira Marcha de Mulheres Negras, marcada para 18 de novembro.

TRINCHEIRAS – Você nasceu no Rio de Janeiro. Como foi sua infância?

Luciene Lacerda – Nasci em Nilópolis, na Baixada Fluminense. Morava em uma casa de vila. Saí de lá com 3 anos e fui morar em um pequeno prédio em Cascadura, onde fiquei até os 18, quando passei no vestibular. Tenho uma irmã, psiquiatra, e um irmão, formado em Letras. Eu e minha irmã éramos boas alunas na escola, tirávamos boas notas, éramos do pelotão da bandeira da escola. Mas quando se é negro, é difícil não sentir algo sobre o racismo. Um dia, um colega da nossa turma na escola, nos contou que a mãe de uma outra colega havia dito à filha que ela, um dia, haveria de tirar notas mais altas que “aquelas irmãs cabelos de Bombril”. Soubemos que a menina apanhava da mãe quando tirava notas mais baixas que a nossa! Esse é um exemplo de como o racismo atinge a todos na sociedade. Quando eu era criança, não gostava de ser negra e mulher. Havia crianças que não queriam brincar com a gente porque éramos negras. Eu odiava não ter espaço para as coisas que gostava de fazer.

TRINCHEIRAS – Em que escola você estudou?

Luciene Lacerda – No Colégio Pedro II, o que me possibilitou desenvolver toda a minha carreira como bailarina.

TRINCHEIRAS – Você é bailarina?

Luciene Lacerda – Sim, fui bailarina profissional. Minha família não tinha dinheiro. Eu sempre quis fazer balé clássico, mas não havia como. No Pedro II, aos 16 anos, tive a oportunidade de fazer dança. Daí em diante fui fazer dança afro, me tornei bailarina profissional e dancei em espetáculos de Mercedes Batista e Esther Piragibe, do qual fui solista. Foi a Esther que me levou para a academia de Nina Verchinina, que trouxe a dança moderna para o Brasil. Lá conheci Heloisa Vasconcellos, que me ofereceu uma bolsa de estudos de balé clássico. Dancei espetáculos e fui professora de dança afro e moderna no Liceu de Artes e Ofícios, no Centro. Mas, embora tivesse carteira profissional de dançarina moderna, afro e contemporânea, tinha limitações para o balé porque comecei tarde. Não punha a perna na cabeça, por exemplo. Além disso, era muito difícil ser bailarina negra. A Mercedes Batista, na década de 1980, era solista do Theatro Municipal, mas raramente era chamada para dançar. Na época, os espetáculos que incorporavam negras e negros não eram muitos. Havia espetáculos para turistas. Cheguei a dançar um no Copacabana Palace, que tinha samba e dança de salão. Acabei então me voltando mais para a carreira de psicóloga, pois sabia que, quanto mais velha ficasse, pior seria para a carreira de bailarina, ao contrário da psicologia. Fui trabalhar então com psicodrama, pois tinha ideia de usar a psicologia focada na construção de um corpo libertário. Daí em diante, fiz vários trabalhos com grupos de mulheres. Foi nessa época, já na universidade, que vi cartazes sobre a passeata dos cem anos da farsa da abolição e logo me interessei.

TRINCHEIRAS – Essa experiência foi marcante, não é?

Luciene Lacerda – Muito, tanto é que passei a militar no movimento negro a partir daí. Vi que ali as pessoas pensavam o mesmo que eu e falavam da mesma coisa. A passeata foi tensa, cercada pela Polícia do Exército. O Ministério do Exército alegou na época que o cerco era necessário, pois poderíamos querer destruir a estátua de Duque de Caxias (por conta de sua conduta racista na Guerra do Paraguai), que a passeata poderia mobilizar algo na estrutura da sociedade que levasse a uma revolução. Lembro que havia um cerco policial da PM e do Exército. Eles se reuniram no Campo de Santana e cercaram a passeata para que ela não fosse adiante. Tentamos esclarecer os policiais negros que estavam ali colocados no lugar de opressores. Isso para mim foi tão mobilizador que escrevi um texto, comparando o cerco policial a uma senzala. A proposta era que o plenário do Conselho Regional de Psicologia, do qual eu fazia parte, assumisse o texto, pois eu entendia que pessoas que trabalham com a

subjetividade humana deveriam estar atentas ao impacto que situações racistas como a que vivemos na passeata provocavam na vida das pessoas. Decidiram colocar o texto no setor de Cartas do Jornal do Conselho. Essa experiência foi determinante para eu ingressar no Movimento Negro e, posteriormente, de Mulheres Negras, e também para a escolha do tema de pesquisa do mestrado.

TRINCHEIRAS – Qual foi o tema?

Luciene Lacerda – Fiz mestrado na área de saúde coletiva, no Instituto de Saúde Coletiva da UFRJ, e pesquisei em sindicatos a relação entre racismo, saúde e trabalho, focando nos sindicalistas negros antirracistas em cujos sindicatos havia secretaria ou GT antirracista. Quis entender de que forma o sindicalista negro via a questão do racismo em sua categoria profissional.

TRINCHEIRAS – E o que você descobriu com sua pesquisa?

Luciene Lacerda – Muitas pessoas que entrevistei para a pesquisa já eram do Movimento Negro, mas encontravam dificuldades para levar o debate sobre racismo para dentro do seu universo de trabalho. Entendiam, porém, que o racismo era uma questão institucional também, que as instituições praticam a segregação de várias formas, muitas vezes sutis, como, por exemplo, exigindo “boa aparência” como critério de seleção.

Os policiais negros no lugar de opressores foi tão mobilizador que escrevi um texto, comparando o cerco policial a uma senzala.

TRINCHEIRAS – Fala um pouco mais sobre esse racismo institucional.

Luciene Lacerda – A pesquisa foi realizada no ano 2000. Identifiquei muitas formas de racismo, além do critério de “boa aparência”. Os negros e negras entram nas corporações, mas não se tornam chefes, por exemplo. O racismo é usado para desqualificar esses profissionais. Há um assédio moral e racial. Há profissionais que ficam tão fragilizados que começam a não conseguir ir ao trabalho, ou ficar bem no trabalho. Há alguns que denunciam, mas as corporações não reconhecem a queixa. Os profissionais que entrevistei para a pesquisa tinham todo esse entendimento do que sofriam, mas não conseguiam ir além disso e fazer, de fato, algo concreto em seus locais de trabalho, como campanhas internas de combate ao racismo. Com essa pesquisa, também compreendi que a questão do racismo deve ser também um aspecto considerado pelos profissionais de psicologia, na perspectiva de entender que o combate ao racismo é um fator importante para a promoção da saúde.

TRINCHEIRAS – Na lei que regulamenta a profissão de psicólogo há, inclusive, uma resolução que trata do assunto, não é?

Luciene Lacerda – Sim, é a Resolução 018/2002 do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece que a questão da identidade racial deve ser vista com cuidado pelo psicólogo. Essa resolução nasceu, inclusive, de uma luta da militância no Conselho, que entendia que profissionais que lidam com saúde e saúde mental não podem deixar de considerar a questão racial. A saúde da população negra é pouco debatida e considerada, mesmo entre os profissionais da área de saúde. Por isso acabei criando no Instituto em que trabalho um curso sobre saúde da população negra voltado para profissionais da área. Na primeira edição, houve 76 inscrições, pouco mais de cinquenta foram selecionados e apenas 22 concluíram. Foi um curso de 180 horas, três vezes na semana. O trabalho final tinha como proposta criar um projeto de saúde da população negra em seus locais de trabalho. Vamos oferecer o curso novamente ano que vem, em horários mais flexíveis, para que os profissionais que trabalham durante o dia possam frequentar.

TRINCHEIRAS – Você também trabalhou no Hospital do Fundão, com mulheres, não é?

Luciene Lacerda – Sim, trabalhei 18 anos no ambulatório do Hospital e lá desenvolvi grupos de mulheres. Do ambulatório, fui trabalhar com pesquisa no Departamento de Bioética do Instituto de Saúde Coletiva da universidade.

TRINCHEIRAS – Hoje você coordena o Laboratório de Ética nas Relações de Trabalho e Educação desse Instituto e está no Canadá fazendo uma nova pesquisa. Do que se trata?

Luciene Lacerda – Temos planejado na UFRJ criar uma comissão de direitos humanos e enfrentamento à violência. É uma política que estamos construindo na universidade. A ideia é cuidar de todas as denúncias de assédio, violência, constrangimentos de toda ordem que possam ocorrer com funcionários, professores e alunos. Estou fazendo uma pesquisa nas universidades de Montreal, que já implantaram comissões semelhantes e que cuidam dos conflitos decorrentes das relações de trabalho e educação, incluindo, entre outras violências, aquelas que ocorrem no campus. No Brasil, já temos exemplos também, como na Universidade Federal do Paraná, que perdeu na justiça por assédio moral coletivo e foi culpabilizada por isso. USP e Unicamp também estão no caminho de criar políticas semelhantes. Em Santa Catarina e no Ceará já existe o mesmo movimento em algumas universidades. Fico no Canadá até dezembro, recolhendo informações nas quatro universidades em Montreal.

Nos anos 1980
temia-se que
um recorte de
gênero e raça
fragmentasse
não só o
Movimento
Negro, mas
também o
Feminista.

TRINCHEIRAS – A primeira Marcha de Mulheres Negras será este mês, no dia 18 de novembro. Como surgiu a Marcha?

Luciene Lacerda – As primeiras marchas do Movimento Negro surgiram no final dos anos 1980, quando o próprio Movimento Negro estava se reestruturando no Brasil. Na época havia a discussão de que um movimento de mulheres negras poderia fragmentar não só o Movimento Negro, mas o Movimento Feminista também. Nós alegávamos que não, que, tanto em um quanto em outro, era preciso o recorte de gênero e raça. De lá para cá, aconteceram muitas coisas, como a política de cotas, a criação da Secretaria de Igualdade Racial, a Lei 10.639, que estabelece como obrigatório o ensino de História da África nas escolas. No entanto, os desafios para as mulheres negras são grandes. As dificuldades que enfrentamos no dia a dia são inúmeros e desconhecidos da maioria da população. Há uns dois anos, alguns setores do Movimento de Mulheres Negras avaliaram que este era o momento de as mulheres marcharem. Em 1995 o Movimento Negro organizou em Brasília os 300 Anos da Morte de Zumbi dos Palmares; em 2005 – dez anos depois – foi a vez da Marcha Zumbi+10, em que as mulheres negras construíram um documento a partir do Encontro Nacional Olhares da Mulher Negra sobre a Marcha Zumbi+10. E, agora, 20 anos depois da Marcha de Zumbi, as mulheres negras vão marchar.

TRINCHEIRAS – Quais são essas dificuldades?

Luciene Lacerda – Somos vítimas de muitas formas de opressão. Somos nós as que mais morremos por complicações relacionadas a aborto, por exemplo. Temos menos anos de estudos, somos poucas dentro das universidades, nas pós-graduações, em cargos públicos, embora sejamos, proporcionalmente, mais numerosas no Brasil. Somos vítimas frequentes de violência doméstica, de violência em geral, de violência obstétrica, a ponto de haver relatos de mulheres negras que não recebem anestesia em hospitais públicos porque os médicos alegam que elas são mais resistentes. Qualquer forma de violência é inadmissível, mas em espaços de saúde é algo absurdo, pois esses são locais que deveriam zelar pela saúde, e não descuidar dela. Há poucas pesquisas, por exemplo, sobre saúde da população negra, há poucas pesquisas com recortes de raça. Isso é também uma forma de racismo que afeta a nós, mulheres negras, a nossos filhos. Aliás, são nossos filhos os que mais morrem, vítimas de violência. Fora das áreas urbanas, somos nós, mulheres negras, nos meios urbano ou rural, as maiores vítimas dos impactos do racismo ambiental em nossas atividades. Por tudo isso, vamos marchar no dia 18.

TRINCHEIRAS – Mas você estará longe...

Luciene Lacerda – Sim, não estarei em Brasília no dia 18 de novembro, só retorno ao Brasil dia 8 de dezembro, mas daqui colaboro com as companheiras da organização da Marcha. E todos os meus dias estou e estarei lutando por uma outra sociedade, por um país de fato multicultural, sem racismo, sexismo, lesbo-homofobia, de onde eu estiver. E minha pesquisa é parte dessa luta, para levantar e construir propostas para novas realidades dentro do campus universitário. ♥

Dia 18 não estarei no Brasil na Marcha, mas todos os dias da minha vida estarei lutando de onde estiver.

Debates

1 O tecido solidário tornou-se
bachaqueo, individualista e competitivo

Edgardo Lander

2 As negociações de Havana na reta final
Pedro Santana Rodríguez

3 Mercosul: ainda possível e necessário?
Graciela Rodríguez

4 A IIRSA é integração?
Gerardo Cerdas Veras

DEBATES

A América do Sul em um mundo em evolução

Muito se tem falado sobre a crise política brasileira, com base nas fartas denúncias de corrupção e na incapacidade do governo de dar uma solução às crises econômica e fiscal. Mas, se observarmos de forma mais ampla o cenário mundial, fica fácil perceber que estamos vivendo um momento de transição praticamente em toda parte. Europa e Ásia atravessam uma crise migratória de tal monta que promoverá uma transformação geopolítica de direção impossível de prever, mas que certamente trará consequências para as relações internacionais de um modo geral. Se existe um momento em que o mundo está mudando, esse momento é agora.

Por isso, a revista *Trincheiras* convidou um time de sociólogos para escrever sobre o cenário político e econômico na América Sul. No artigo *O tecido solidário tornou-se “bachaqueo” individualista e competitivo* Edgardo Lander mostra, com sua visão brilhante e astuta, como a Venezuela luta e que desafios enfrenta para consolidar a democracia e se transformar em um país novo, livre da economia exclusivamente vinculada ao petróleo. O colombiano Pedro Santana Rodríguez assina o artigo *As negociações de Havana na reta final*, que mostra o esforço de um país para pôr fim a 50 anos de guerrilhas.

Também os blocos e grandes acordos internacionais feitos ao redor do mundo estão estagnados ou em reconfiguração. Graciela Rodríguez afirma, em *Mercosul: ainda possível e necessário?*, que, apesar de o bloco ter sido atuante e resistente à lógica do livre comércio norte-americano e europeu até hoje, é preciso reconhecer que a perspectiva liberalizante segue avançando na região. “O Mercosul, que há 25 anos parecia ser a saída para fortalecer os países do Sul frente às potências do Norte, tem sido deixado de lado pelo Brasil, que tem priorizado suas atenções para o Brics”. Seria essa a melhor estratégia para o desenvolvimento do país?

Logo no título de seu artigo, Gerardo Cerdas Veras pergunta: *A IIRSA é integração?* Isso porque as dinâmicas utilizadas para a implementação da IIRSA, que se legitimam sobre a base de um discurso integracionista, não vêm promovendo um verdadeiro processo de integração. “Parte-se de uma ideia abstrata de integração, da qual são excluídos os impactos e desestruturações do território e de formas de organização social e produtivas que se constituíram ao longo das épocas nos eixos da iniciativa. Isso facilita a rapinagem sobre recursos abundantes dos quais a América do Sul dispõe, como água, madeira, minérios, entre outros”, alerta o pesquisador do Ibase.

O movimento pelo qual passam o Brasil e a América do Sul é, como se pode perceber, interdependente. Portanto, nenhuma solução será encontrada e nenhum caminho será trilhado isoladamente. Ainda que sem esgotar o assunto, a revista *Trincheiras* considera fundamental estimular esse debate e a busca de alternativas, respeitando e aprofundando a democracia conquistada.



Este artigo foi escrito com base na entrevista que o sociólogo Edgardo Lander concedeu ao jornalista Hugo Prieto, publicada em 8 de setembro pelo Contrapunto.com e compartilhada com vários veículos de opinião. A força dos seus argumentos e a importância de suas ideias foram fundamentais para a decisão de incluí-la neste debate.

O tecido solidário tornou-se bachaqueo, individualista e competitivo ^[1]

Edgardo Lander

Sociólogo, professor titular da Universidade Central da Venezuela e pesquisador associado do Transnational Institute.

O sociólogo Edgardo Lander é, antes de tudo, um libertário. Formado em Sociologia pela Universidade Central da Venezuela (UCV), com doutorado em Harvard, é conhecido por sua luta ao lado de pequenos grupos da esquerda ecológica e por ser um feroz oponente do neoliberalismo. Seu humor é uma ferramenta eficaz, usado com frequência para diminuir as tensões que aparecem sempre que ele desafia a sociedade venezuelana com seu pensamento, especialmente com seus questionamentos ao modelo rentista petrolero [2]. Ele diz que a chamada Revolução Bolivariana implantou uma organização vertical e leninista, acabando com a noção de autonomia e liquidando com a democracia participativa. “Diante da crise econômica e de seus dois pivôs, a inflação e a escassez, a resposta popular não foi a solidariedade, mas sim o individualismo e a competitividade”, avalia o sociólogo.

Edgardo Lander explica que há muitas razões para que a Venezuela tenha dificuldades de se livrar do fardo do rentismo petrolero que acompanha o país há gerações. A primeira é que, há um século, vem sendo construído um modelo político, um tipo de Estado que tem uma subjetividade e uma expectativa a respeito do que é

[1] Atividade ilegal, cada vez mais comum na Venezuela, que consiste em revender produtos básicos em falta nos mercados a preços altos para os milhões de venezuelanos que enfrentam horas de fila.

[2] Conceito criado por economistas para explicar a dificuldade econômica venezuelana, originada de um estilo de desenvolvimento baseado no petróleo como produção quase exclusiva. Atualmente o petróleo ocupa 96% da pauta de exportações e responde por cerca de um terço da produção do país. Esse modelo inviabiliza que se crie uma estrutura produtiva que se baseie em critérios de mercado, de produtividade e que, portanto, consiga se sustentar.

a Venezuela e de quem são os venezuelanos: a noção de país rico por causa do petróleo. “Essa ideia está profundamente arraigada à realidade e faz parte do DNA dos venezuelanos. Assuntos como a supervalorização da moeda, a doença holandesa [3] e o rentismo estão na academia e no discurso político, e são uma espécie de obrigação reiterada: de vez em quando, os políticos têm que falar do tema”, destaca o sociólogo. Apesar de, aparentemente, todos estarem cientes desse problema, no curto prazo, o modo pelo qual os interesses dos grupos empresariais e do partido do governo são definidos continua a passar pelo aprofundamento do rentismo. “Os políticos dizem que, se realmente tentarem mudar o modelo, ele cai”, avisa Lander.

O problema envolve, além das dimensões estrutural e cultural, a dimensão eleitoral. Na dimensão estrutural, é muito difícil ir contra o senso comum instalado em uma sociedade. O sociólogo explica que, na Venezuela, tem-se uma visão muito ampla do que são os direitos, mas uma noção muito limitada de que esses direitos só se sustentam sobre a base do trabalho coletivo, do esforço comum. “Aqui há petróleo e poucas responsabilidades”, critica. Para ele, afetar o sentimento comum da sociedade é nadar contra a corrente, pois implica uma

transformação cultural profunda. Por isso, observando algo mais concreto, como as políticas públicas, é fácil perceber como elas estão determinadas pelas conjunturas eleitorais, passando por desenvolver programas eleitorais atraentes. “Qualquer decisão importante, incluindo o aumento da gasolina, se toma medindo seu impacto nas próximas eleições”, destaca Edgardo. Para ele, isso afasta qualquer possibilidade de transformação, de ir mais além, de imaginar um país diferente, porque a operação se dá sobre a mesma base já existente. “Nesse sentido, a competência eleitoral tem uma função extraordinariamente conservadora nos sistemas políticos, porque é a reafirmação do senso comum, e quem sai desses limites se dá muito mal”, observa. Nem mesmo o voto de castigo [4] contra a extrema-direita, os violentos e contra tudo o que eles representam, como anunciou Maduro, seria suficiente para influenciar a sociedade, criar expectativas e um pensamento político diferente. Isso porque, entre outras coisas, no debate político e na consciência coletiva venezuelana, ainda não há um reconhecimento de que o pensamento político é exatamente aquilo que está em crise, ainda atribuída à política e à economia, causada pela queda dos preços do petróleo. “Como se fôssemos ficar folgados caso o barril fosse a US\$ 100!”, ironiza o sociólogo.

É preciso lembrar que a receita do petróleo *per capita* na Venezuela vem caindo desde os anos 1980. Ou seja, esta é uma crise prolongada, que constata a inviabilidade de um modelo produtivo baseado em cobrar a renda e reparti-la, sustentando há cem anos. “Nem os tempos de abundância de recursos e de um governo extraordinariamente legítimo – porque em algum momento o governo de Chávez o foi – foram suficientes para reconhecer que a renda petrolífera havia criado esse tipo de Estado, esse tipo de política e esse tipo de senso comum que é preciso superar”, observa Lander.

Em lugar de buscar transformações do modelo produtivo e da sociedade, e imaginar que sociedade queremos, para onde queremos ir, reforçou-se a lógica da distribuição e a ideia de que a democracia e a inclusão são possíveis mediante gasto público. E isso, obviamente, é impossível.

Reflexão imediatista

O gasto público como resposta à exclusão e aos níveis de deterioração das condições de vida que o neoliberalismo vem produzindo está, obviamente, justificado, mas, e quanto às dificuldades para fazer a transição para outro modelo? É claro que é muito melhor fazer transferência de renda para a maioria da população do que seguir concentrando o capital, como acontecia antes, mas isso também não é sustentável ao longo do tempo. Além disso, do ponto de vista político-cultural, reforça-se a lógica

Não houve uma transformação cultural profunda que tenha mudado a lógica da riqueza infinita.

[3] Relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro. A abundância de recursos naturais gera vantagens comparativas para o país que os possui, fazendo com que se especialize na produção desses bens, e a não se industrializar ou mesmo a se desindustrializar, inibindo, em longo prazo, o processo de desenvolvimento econômico.

[4] Voto utilizado mais para punir um partido ou posição ideológica do que propriamente para apoiar outra proposta política.

da mentalidade rentista, porque, por mais que a renda advinda do petróleo aumente, ela nunca será suficiente para satisfazer as expectativas crescentes que vão sendo geradas na população.

“Caminhamos – e ainda temos um grande caminho pela frente – por uma crise terminal do modelo rentista. O problema é que não sabemos quais características terá essa aterrissagem, necessariamente forçada”, pondera Lander. Ele observa que não há um pronunciamento, nem nos debates políticos, nem nos programas de governo, que se afaste desse modelo. As opções de poder podem se diferenciar em absolutamente tudo, menos em um pequeno detalhe: ambas ofereciam, ao menos até a última eleição de Chávez, uma produção petroleira de 6 milhões de barris diários para o final deste período constitucional. Em todo o resto discordam, exceto na ideia de reforçar o modelo rentista petroleiro. Essa concordância é o que se deve discutir. O problema do rentismo na Venezuela é que existe um consenso nacional rentista.

Edgardo Lander acredita que a culpa pelo empobrecimento da capacidade de reflexão da população seja a polarização política. “Tudo se converte em branco e preto, há uma espécie de filtro que tudo transforma em governo ou oposição. Há uma incapacidade de ‘fuçar’ para mais além da conjuntura, para ver que o que está se passando conosco como sociedade”, observa o sociólogo. Para ele, esse empobrecimento da reflexão intelectual também faz com que a reflexão seja muito conjuntural, muito imediatista.

“Não tem havido espaços na sociedade venezuelana para uma reflexão que vá além, que se distancie do dia a dia, que se pergunte o que está se passando com o país, de onde viemos, aonde queremos ir; como as propostas que se colocam sobre a mesa dão conta de umas coisas, mas obviamente não dão conta de outras”, observa o especialista.

Nas universidades o assunto é dramático. Na Universidade Bolivariana de Venezuela, por exemplo, em vez de a discussão se dar em torno de como transformar a sociedade e quais seus desafios, o que existe é uma tendência de oficialização dogmática de um discurso. O mesmo acontece em universidades autônomas, onde se instalou um senso comum de oposição. “Onde está o debate?”, questiona Lander. “Na mídia impressa ou na televisão, o que se encontra é tremendamente limitado”.

Além de todas as questões locais, é preciso também considerar que, quando essas políticas foram construídas, as condições planetárias eram diferentes. “Hoje o padrão de crescimento da sociedade civilizadora está destruindo as condições que tornam possível a vida na Terra e estamos chegando perigosamente perto de um limite que, certamente, provocará mudanças de natureza catastrófica e irreversível. Se seguirmos neste passo, destruindo, desmatando, emitindo gases de efeito estufa, provocando o aquecimento global, praticando a sobrepesca nos mares, sequer a sobrevivência da espécie humana estará garantida”, alerta.

Este empobrecimento da reflexão intelectual também faz com que a reflexão seja muito conjuntural, muito imediatista.

Seguimos em frente apesar de todas as evidências de que o que fazemos é uma loucura, destrutiva e não sustentável.

Devemos reconhecer que estamos diante de uma crise de padrão civilizatório, caracterizado pela hegemonia do capitalismo, e que forma parte da subjetividade de cada um de nós. O entendimento da vida com base no bem-estar material, no quanto mais abundância melhor, está falido. “Estamos montados sobre uma loucura coletiva. Apesar de todas as evidências de que o que fazemos é uma loucura, destrutiva e não sustentável, continuamos seguindo em frente”, lamenta Lander.

Polarização

Não é só a loucura que é coletiva na Venezuela. Para Edgardo Lander, há também uma cegueira coletiva, gerada pela leitura polarizada do que quer que aconteça, também resultado da visão de curto prazo. O sociólogo diz que isso induz a comportamentos que não condizem com a realidade. “A dimensão epistemológica da polarização está bloqueando o conhecimento do que está além da leitura imediata e, às vezes, lendo coisas que seriam óbvias e ocultando o que está além do imediato”, esclarece. Muita coisa é esquecida ou deixada de lado porque o olhar da polarização determina tudo mais. Assim, os culpados são os outros, quem quer que sejam os outros. “A cegueira gera situações que ninguém quer enfrentar e, ainda assim, continuam-se a tomar medidas. Eu não estou dizendo que estamos nos movendo em direção à violência política ou à guerra civil. Eu não quero que entendam que eu estou fazendo prognósticos, não estou. Mas nós não estamos tomando medidas para garantir que isso não aconteça. E a sociedade venezuelana é muito violenta e tem uma distribuição de armas bastante ‘democrática’”, ironiza.

Admitindo que não há confronto eleitoral entre dois modelos opostos, o sociólogo diz que o primeiro passo é reconhecer a situação, independentemente de ganhar ou perder a eleição. Em seguida, é preciso assumir que a sociedade está montada sobre uma lógica que tem um impulso extraordinário, mas que não está debatendo as verdadeiras questões. O sociólogo salientou a necessidade de recuperar essa reflexão coletiva na universidade, como lugar de pensar possibilidades para o país. Infelizmente, na Venezuela, esse espaço

A polarização reduz tudo ao imediatismo.



Com as prateleiras vazias, os venezuelanos se sujeitam a comprar produtos nas mãos dos bachequeos.

está perdido. “As universidades deveriam ser o espaço do pensamento livre, mas a produção acadêmica venezuelana só repete a ideologia existente. É nos movimentos populares organizados que as coisas estão realmente acontecendo”, avisa Lander.

Mesmo o mais importante desafio político implantado por Hugo Chávez, as comunas [5], foi marcado, desde sua criação, por uma profunda contradição. Se, por um lado, havia a noção de autogoverno, a noção de políticas sociais para promover o tecido social orgânico dos setores populares não funcionava. Lander dá o exemplo do Barrio Adentro: “Se a comunidade não faz o censo, não sabe quantas e quem são as mulheres grávidas, não faz o contato com as instituições para trazer medicamentos. De que adianta ter médicos cubanos?”. Para ele, desde que o processo venezuelano se declarou socialista, em 2005, começou a se institucionalizar uma organização mais rígida e a noção de controle e direção por parte do Estado. “Digamos que se instalou uma lógica leninista da verticalidade na relação entre Estado e sociedade, um pouco mais burocrática”.

A Venezuela não está reinventando a roda. “Nós conhecemos essa história. Na relação desse processo de construção de comunas, tecido social, conselhos comunitários, o poder popular é uma contradição permanente na dinâmica organizacional”, observa Lander.

O que tem realmente impactado a sociedade contém pouca organização e é submetido à lógica do partidarismo dos tempos antigos. “Existem experiências variadas e diversas, algumas de grande riqueza e onde se percebe uma verdadeira organização popular, mas que também vivem a contradição de contar com recursos públicos e de estar submetidas à caricatura de lógica leninista que são alguns conselhos comunitários”. O ideal era se aproximar de outro padrão de democracia, que viesse desde a base e que, necessariamente, envolve formas de organização popular que refletem a diversidade da existência das pessoas e, conseqüentemente, a pluralidade dos autogovernos e das comunidades.

Corrupção e violência

Ao observar a reação do povo venezuelano à crise mundial dos últimos dois anos, que fundamentalmente trouxe a inflação e a escassez, ele lamenta que a resposta não tenha sido apoio, solidariedade, mas, ao contrário, individualidade e competitividade. “O que aconteceu com o tecido social de apoio que vinha crescendo nos últimos anos?”, questiona o sociólogo. De acordo com Datanalisis, 70% das pessoas que estão nas filas por produtos básicos são bachaqueros. Ou seja, após momentos de politização extraordinária, atualmente o povo venezuelano vive uma espécie de exaustão e descrença. “Eu acho que, se as previsões forem cumpridas e a oposição vencer as eleições parlamentares, não será resultado de mobilização popular, mas sim uma espécie de voto de castigo contra o cansaço e as dificuldades da vida cotidiana”, argumenta Lander.

Nenhum dos lados quer criar as condições para uma guerra civil, mas nossas guerras não foram declaradas.

[5] Organizações de gestão local, implementadas desde os anos 1990, quando Hugo Chávez assumiu a presidência da Venezuela. A forma mais básica são os conselhos comunais, assembleias de bairro em que os vizinhos se unem para fazer reivindicações e para levar algumas a cabo.

O que mais preocupa o sociólogo Edgardo Lander neste momento é que esses processos podem desencadear a violência, gerando conseqüências difíceis de controlar. Quanto mais nos aproximamos de dezembro, mais as situações de tensão tendem a crescer. “Isso independe da vontade do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) e da maioria da Mesa de la Unidad Democrática (MUD). Nenhum dos dois lados demonstra intenção de criar as condições para uma guerra civil, mas as guerras civis que conhecemos não foram declaradas”, alerta.

O especialista lembra que o bachaquero age de forma corrupta, por contrabando e que a corrupção é um mal que tem permeado a sociedade venezuelana de forma transversal. Para Lander, é preciso reconhecer que a

corrupção envolve uma parte significativa dos militares, assunto tabu na Venezuela. “Chegamos onde chegamos por causa da cultura militar, vertical e autoritária por definição e, portanto, incompatível com a noção de democracia participativa, horizontal”. Para o sociólogo, a presença maciça de militares no governo bloqueou permanentemente o exercício da democracia, entre outras coisas, porque a democracia passa por transparência e lógica militar implica o contrário. “De forma geral, já é sempre mais difícil denunciar, investigar, combater a corrupção dentro de uma estrutura militar. Neste caso em particular, como esse governo considerava o apoio muito importante, tornou os militares inatingíveis”, aponta Lander.

Sob essas condições, o Estado fica sem os instrumentos necessários para regular e controlar essas atividades ilegais, já que são “parceiros” dessas atividades que deveriam regular ou controlar. Sem retirar o poder de governo das mãos do setor militar, não há como restaurar a democracia.

Processo bolivariano

Depois de três décadas, já é possível avaliar o processo bolivariano de transformação da sociedade venezuelana. Edgardo Lander conclui que, fundamentalmente, ele falhou. Primeiro porque não questionou o modelo de produção rentista, condição indispensável para alcançar essa transformação. Em segundo lugar, falhou por repetir a lógica do chamado socialismo real, que afirma que a sociedade pode ser alterada a partir do Estado. “A experiência mostra que mudanças de cima para baixo são impossíveis. Isso é uma falha trágica que tem consequências”, avisa. Para o professor, é absolutamente necessário abandonar essa armadilha maniqueísta de pensar que um Estado ou o mercado tem esse poder e reconhecer que a sociedade é muito mais complexa do que um ou outro, isso ou aquilo; ela é um conjunto de estilos de vida, tecido social, quadros institucionais, práticas coletivas que não resiste à lógica de mercantilização de tudo o que existe, nem à verticalização do Estado. “Mantendo esse modelo, a democracia não é possível”, finaliza. 🍷



As negociações de Havana na reta final

Pedro Santana Rodríguez

*Sociólogo, pesquisador
associado da Corporación Sur*

O processo de negociações entre o Governo Nacional e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que atualmente acontece em Havana, Cuba, entrou na reta final. Poderíamos dizer que as negociações iniciadas em fevereiro de 2012 seguem satisfatoriamente, apenas enfrentando as dificuldades próprias de um processo que busca pôr fim a um enfrentamento armado de mais de meio século. Hoje podemos distinguir duas fases nesse processo, marcado por acordos e avanços.

Na primeira fase, encerrada de forma satisfatória em agosto de 2012, foi fechado um acordo sobre a agenda de negociações centrada em seis pontos: (1) questão agrária; (2) reforma política; (3) desmobilização e garantias para os ex-combatentes; (4) narcotráfico e cultivos de uso ilícito; (5) vítimas; e (6) mecanismos de monitoramento e acompanhamento do cumprimento dos acordos. A segunda fase começou em outubro do mesmo ano, com a instalação na cidade de Oslo, na Noruega, de uma mesa de negociações que marca a abertura das negociações dessa agenda.

Como é de conhecimento público, há acordos já bem avançados, mas alguns temas permanecem pendentes, como é o caso da reforma agrária integral. Em linhas gerais, chegou-se a um acordo para o lançamento de uma política global para uma economia campesina que tem como um de seus aspectos centrais uma redistribuição da propriedade agrária em benefício dos camponeses sem terra, sem que se tenha divulgado a extensão dessa distribuição. Ao mesmo tempo, essa política global também prevê o fornecimento de infraestrutura viária, educacional, de saúde, assistência técnica, comercialização e crédito, tendo os setores campesinos como principais destinatários.

Como se sabe, essas reivindicações estiveram na origem das Farc, herdeiras dos movimentos campesinos de resistência iniciados no período conhecido como da Violência (1946-1958), que defendia um projeto de reforma agrária, sempre presente em todas as conferências do grupo guerrilheiro. Também é sabido que há outros temas pontuais pendentes, como o das formas de organização. Nos documentos apresentados à mesa de negociações pelas Farc está o levantamento de zonas de reserva campesina como forma de privilegiar a exploração e a organização das unidades de produção agrícola.

O acordo em torno das reformas políticas inclui medidas que visam o equilíbrio das informações e o financiamento público das campanhas, que garantam a segurança e a vida dos candidatos, e que proteja os resultados eleitorais.

[1] Nota do tradutor: em espanhol, *fiscal general de la nación* e *Fiscalía General de la Nación*.

O tema das reformas políticas também terminou com um acordo em que se destacam reformas que buscam garantias para a oposição. Ele deve se materializar em um “estatuto da oposição”, na separação das pessoas jurídicas dos partidos, na atribuição do sistema de cotas para distribuição de cargos nos órgãos de representação, além de circunscrições especiais de paz para certas regiões do país. Destacam-se, ainda, medidas que buscam o equilíbrio das informações e o financiamento público das campanhas políticas, enquanto se propõem medidas para garantir a segurança e a vida dos candidatos, assim como para reformar o Conselho Nacional Eleitoral, visando a garantias de proteção dos resultados.

Algumas questões ficaram pendentes e, devido à forma de apresentação dos acordos, não há informações sobre as propostas pelas Farc em relação à justiça, mais concretamente em relação à forma de eleição para procurador-geral, bem como de seus órgãos de controle, tais como a Controladoria, a Defensoria e a Procuradoria Geral da Nação. [1] Nesse aspecto crucial, dada a crise e a pouca legitimidade desses órgãos, as Farc propuseram à mesa de negociações que esses cargos sejam eleitos mediante voto popular. Como dito anteriormente, não houve acordos sobre esse tema.

Um tema adicional, que está tanto na declaração como no documento sobre as reformas políticas, destaca um segundo âmbito: o de medidas destinadas a reforçar as organizações e os movimentos sociais. O acordo estabelece que o governo vai elaborar um projeto de lei de garantias e promoção da participação cidadã, entre outras atividades que as organizações e os movimentos sociais poderão realizar.

Um aspecto crucial é a eliminação das leis que criminalizam o protesto social. Esse projeto deveria conter, entre outros aspectos, a garantia do direito ao acesso fácil e livre à informação oficial, a regulamentação do direito de réplica e retificação, o registro de organizações sociais, o fortalecimento de mecanismos de financiamento de iniciativas e projetos próprios das organizações sociais, a criação de uma comissão de diálogo com porta-vozes das organizações e dos movimentos sociais, assim como a garantia de marcos amplos e democráticos para protestos e mobilizações sociais. Deve incluir, também, o apoio aos meios de comunicação comunitários e o estímulo a mecanismos como um Conselho Nacional de Reconciliação e Convivência. O objetivo desse conselho será assessorar e acompanhar o governo na implementação de mecanismos e ações que incluam o desenho e instituem programas de reconciliação, convivência e prevenção da estigmatização, a difusão maciça do acordo final para a conclusão do conflito armado e a criação de uma cátedra de cultura política para a reconciliação e a paz.

Sobre o acordo do quarto item da agenda – solução para o problema das drogas ilícitas –, é preciso destacar tanto o compromisso das Farc de se desligarem completamente das atividades relacionadas ao narcotráfico, quanto a criação e implementação de um novo Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos de Uso Ilícito, concernente à transformação estrutural do campo, que busca a reforma agrária integral, acordada no primeiro ponto. O Programa Nacional será construído desde os distritos, que farão seus planos de substituição, para depois agrupá-los em um plano municipal. Os planos departamentais e o Programa Nacional resultarão desse processo de base. O Estado se compromete a garantir os recursos para a erradicação manual dos cultivos de uso ilícito e a assistência técnica para a implantação de culturas substitutas. Nesse marco inscreve-se a retirada das minas terrestres das áreas, já iniciada no Departamento de Antioquia, e

As Farc se comprometem a se desligarem das atividades ligadas ao narcotráfico em troca de um novo programa que inclua a reforma agrária integral.

que deverá abarcar todo o território a ser coberto pelo Programa. Da mesma forma, cabe destacar no conteúdo do acordo a implementação de uma política de prevenção de consumo de substâncias psicoativas com enfoque de saúde pública. Isto como um programa nacional de intervenção integral, como instância de alto nível, para articular as instituições com competência na matéria e coordenar um processo participativo de revisão, ajuste e implementação de uma política frente ao consumo. O acordo inclui o compromisso tanto do Estado como das Farc de um esforço conjunto na luta contra a lavagem de ativos, os produtos químicos, o crime organizado e suas redes de apoio – como, por exemplo, a corrupção associada ao narcotráfico. Há o compromisso do Estado e das Farc de promover uma conferência internacional no âmbito das Nações Unidas para realizar uma avaliação objetiva da política de luta contra as drogas e a busca de alternativas com enfoque de saúde pública.

O quinto ponto da agenda, referente às vítimas, já avançou significativamente, começando por definir que elas estão no centro do acordo e estabelecendo dez princípios orientadores. Foi fechado, assim, um acordo em torno das funções da Comissão da Verdade, bem como sobre sua composição e forma de eleger seus integrantes. Essa comissão terá caráter extrajudicial e abarcará tanto o conjunto dos atos, como os atores que produziram vítimas no país, ou seja, as guerrilhas, os grupos paramilitares e os agentes do Estado. Esse mecanismo é chave para buscar a construção de uma verdade histórica sobre o conflito, assim como para determinar as responsabilidades históricas e as medidas de reparação às vítimas. Ainda faltam pontos cruciais relativos a essa questão, talvez os mais importantes sejam os de justiça, reparação e garantias de não repetição.

Os desafios e as questões pendentes na negociação

Já mencionamos anteriormente os acordos fundamentais alcançados até o momento, o que nos leva à conclusão de que as negociações entraram na reta final. Salvo acontecimentos inesperados, espera-se que o processo possa terminar com a assinatura de um acordo que permita superar o conflito armado degradado em que vivemos por mais de 50 anos.

Há três temas pendentes na negociação, que, em minha opinião, são muito significativos: o primeiro é o conteúdo de justiça que se relaciona com o marco jurídico, e até onde se consegue chegar com o tema da justiça para os crimes de lesa-humanidade e de guerra, cometidos por diferentes atores que tomaram parte do conflito armado; o segundo tem a ver com as garantias específicas para o movimento político que surgir a partir da transformação das Farc para a nova vida política legal. Isso se relaciona tanto com as garantias de segurança e de aceitação de um novo movimento político, quanto com os mecanismos democráticos que deverão ser utilizados para referendar os acordos e, finalmente, com a questão dos compromissos em torno dos acordos e seus mecanismos, que garantam seu cumprimento e avaliação.

O tema central que agora ocupa a mesa de negociação tem a ver com um problema crucial: se as guerrilhas e seus chefes deverão pagar penas com privação de liberdade e se poderão participar da vida política do país assim que deixarem as armas e se integrarem legalmente à sociedade. A negociação ao redor desse tema tem basicamente três posições: (1) a dos opositores do processo – agrupados principalmente em torno do Centro Democrático, cujo porta-voz mais destacado é o ex-presidente e atual senador, Álvaro Uribe Vélez –,

que, em síntese, pleiteiam que os chefes da insurgência armada devem pagar penas de cárcere e ficar inelegíveis para cargos de representação popular; (2) uma justiça transicional que outorgue anistias e indultos para que os chefes guerrilheiros possam participar da vida política; e (3) uma justiça transicional que possa conceder penas não privativas de liberdade e que habilite os chefes guerrilheiros à participação política.

Do meu ponto de vista, a primeira proposta, defendida pelos mais ferrenhos opositores do processo, e a segunda, defendida pelas guerrilhas, não são viáveis. A primeira é inviável porque o que está acontecendo é um processo de negociação com guerrilhas militarmente reduzidas, claro, mas não derrotadas. Não é viável nem realista que, uma vez firmado o acordo, os chefes das negociações das Farc aceitem ir da mesa ao cárcere. A proposta das guerrilhas, de anistia e indulto, tampouco é viável. A mim parece que o mais factível é encontrar uma saída com base no esclarecimento dos fatos e de seus responsáveis, outorgar penas não privativas de liberdade condicionada ao compromisso de deixar as armas, reparar as vítimas, contribuir com a verdade e criar garantias de não repetição. É perfeitamente possível, no marco da justiça transicional, que as penas possam ser suspensas se, em troca, conseguirem a verdade e o compromisso de reparação às vítimas. Ainda é possível que as investigações judiciais terminem com a adoção de penas que sejam suspensas em razão do fim maior de paz e de reconciliação. Na minha avaliação, é nesse marco que o acordo pode ser alcançado. Ele vai exigir um grande esforço de pedagogia, tanto para o conjunto da sociedade como para o universo de vítimas.

Um segundo aspecto crucial tem a ver com o desarmamento – o abandono e a entrega das armas por parte das guerrilhas. Previamente a isso, terá que se pactuar um cessar-fogo bilateral, a concentração das tropas guerrilheiras e sua reincorporação à vida civil e política. Aqui se apresenta outro desafio fundamental: a desmobilização e o desmonte efetivo dos grupos paramilitares, que têm presença ativa em mais de 400 municípios do país. Essas estruturas devem ser desmontadas, e me parece que esse desmonte deve contemplar duas medidas que precisam ser implementadas de forma simultânea. De um lado, no âmbito dos acordos de paz, deve-se começar uma política de submissão de tais estruturas à justiça, como propôs a Procuradoria Geral, que deve estabelecer prazos e condições imperativas para que elas sejam desmobilizadas, em troca de redução de penas, reparação de vítimas, esclarecimento da verdade, desmonte do negócio do narcotráfico. De outro lado, deve ser formada uma força de elite pública de caráter nacional para combater as organizações paramilitares que não se submeterem à justiça. A Procuradoria Geral também deveria fortalecer a Unidade de Direitos Humanos para que ela avance na investigação e submissão à justiça não somente de seus integrantes, mas também dos setores do Estado que dão apoio a esses grupos criminosos, principalmente os membros da Força Pública que mantêm conexões com eles. Só assim se poderá caminhar para uma paz duradoura.

Um terceiro ponto que está no centro da discussão se relaciona com o mecanismo de ratificação dos acordos, que tem duas propostas principais. A primeira, defendida pelo governo nacional e pelo chefe da equipe de negociação, Humberto de La Calle, é fazê-

Um processo exitoso com as Farc permitirá avançar também na instalação de uma mesa de negociações com o Exército de Libertação Nacional, presente em cerca de 400 municípios colombianos.

lo por meio de uma convocação para um referendo constitucional. O principal argumento é o de que se requer a participação cidadã, realizada através de mecanismo democrático, de forma que se ratifiquem os acordos, para blindar o processo até mesmo da Justiça Internacional. “Uma Assembleia Constituinte voltaria a abrir o debate sobre o que já está acordado”, tem dito o chefe das negociações do governo. As Farc propuseram que o mecanismo para a ratificação dos acordos seja a convocatória para uma Assembleia Constituinte, que, na opinião do grupo guerrilheiro, seria o melhor mecanismo para encerrar o conflito e dar maior legitimidade ao processo e às transformações constitucionais e legais que possibilitarão as reformas pactuadas.



O presidente cubano Raúl Castro sela o acordo de transição à paz entre o líder das Farc Timoleón Jiménez e o presidente da Colômbia Juan Manuel Santos (Foto: AP Photo/Desmond Boylan)

As Farc não especificaram se a Assembleia Constituinte teria um temário aberto ou se seria instalada apenas para avaliação da agenda já pactuada e negociada. Penso que o mecanismo de ratificação dos acordos é importante, já que seria ele que legitimaria o encerramento democrático desse conflito degradado com o qual padecemos. Será a cidadania, com sua participação, que determinará o encerramento desse conflito. Também significaria uma vantagem – se sair vitorioso, como penso que acontecerá – um mandato nacional contra aqueles que se opõem a uma solução negociada. Por isso, esse mecanismo de ratificação é muito importante.

Para terminar, quero agregar duas considerações sobre essas propostas: uma Assembleia Nacional Constituinte poderia ser um mecanismo idôneo para encerrar o conflito, se a agenda for limitada àqueles aspectos que são centrais e que requerem mudanças constitucionais. Mas quem pode

impor limites à agenda de uma Assembleia Constituinte? Na minha opinião, esse único agente é o povo, o mesmo que o poderia fazê-lo por meio de um referendo constitucional.

Finalmente, penso que é urgente que o fim do conflito seja efetivo e conclusivo, que avance de maneira rápida na instalação de uma mesa de negociações com o Exército de Libertação Nacional, que deveria entender que um processo exitoso com as Farc lhe permitirá entrar no novo clima de reconciliação e esperança que se abrirá com os acordos. O governo também deveria entender isso da mesma forma e apressar os entendimentos com essa guerrilha. ♥



Mercosul: ainda possível e necessário?

[1] Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

Graciela Rodríguez

Coordenadora do Instituto Equit e membro da Coordenação da Rebrip [1]

A assinatura do Tratado de Assunção, que deu início ao Mercosul, cumprirá 25 anos em 2016. A data já merece uma pequena análise acerca das novas perspectivas do bloco frente a novas demandas e desafios globais. Em diversas retrospectivas históricas realizadas nos últimos anos, diferentes autores coincidem em mencionar três fases que esse processo integrador teria vivenciado até o presente momento.

A crise global marca a terceira fase do bloco, quando os países protegeram suas economias, diminuindo a disponibilidade para buscar soluções conjuntas e aprofundar a integração.

Na sua primeira fase, o Mercosul teria caminhado segundo interesses que foram determinantes para sua própria criação, ligados à necessidade de impulsionar os fluxos comerciais na região, sobretudo no marco de uma crescente globalização, que impunha, cada vez com mais força, a necessidade de inserir os países do bloco nos mercados internacionais. A lógica da integração das cadeias produtivas, em particular do setor automobilístico e de eletrodomésticos, foi determinante para os acordos dessa etapa.

Posteriormente, na primeira década do presente século, caracteriza-se uma segunda etapa, marcada pela chegada dos novos governos progressistas à região. Iniciada com o triunfo de Lula no Brasil, essa fase foi marcada pela sucessiva ampliação da presença de governos populares no resto dos países membros, o que deu uma nova visão política e estratégica ao processo integrador. As políticas externas dos diversos países sofreram mudanças importantes, em termos de tomar certo afastamento das diretrizes neoliberais da década anterior, e de novas ênfases nos processos Sul-Sul e de integração regional. Por sua vez, a rejeição à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), definida entre os anos 2003 e 2005, deu ao bloco uma forte dose de identidade e compromisso renovado para a afirmação do projeto mercosulino. Essa foi uma etapa de grandes expectativas e definições políticas, na qual devemos reconhecer sucessos importantes, como a criação e consolidação de comissões e reuniões especializadas nas áreas de direitos humanos, agricultura familiar e desenvolvimento social; o fortalecimento democrático de outras já existentes, como a de mulheres, da juventude etc.; e também a implementação de medidas concretas para a superação de assimetrias, como a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) e o Instituto Social do Mercosul.

Já em 2008, com a irrupção da crise global, se abriu o que pode ser considerada uma terceira fase do bloco, marcada pela virada dos diversos países no sentido de proteger suas economias, e, com isso, uma menor disponibilidade para a busca de soluções conjuntas e para o próprio aprofundamento da integração. Assim, os últimos anos foram marcados por certa estagnação do processo institucional e pela ampliação de conflitos comerciais e alfandegários e de obstáculos para acordos de políticas econômicas. De fato, pouco se avançou na consolidação de posicionamentos comuns para o enfrentamento da crise e de políticas sociais, migratórias, de emprego e seguridade social que pudessem fazer frente comum às consequências do colapso econômico e financeiro global. Dessa forma, além de os avanços terem sido menores que o esperado, essa terceira fase foi sobretudo uma etapa de escasso aprofundamento da integração, apesar da enfática retórica.

No marco dessa terceira fase, e com a continuidade da crise global e de algumas importantes mudanças geopolíticas internacionais, o Mercosul presenciou nos últimos anos dois fatos que merecem registro especial devido a sua importância: primeiro, o golpe e a posterior suspensão temporária do Paraguai; e, em segundo lugar, a entrada da Venezuela e, mais tarde, da Bolívia no bloco. Esses dois fatos, somados ao novo contexto geopolítico internacional e ao reconhecimento da importância crescente da presença da China na região [2], devem ser analisados como promotores de novas mudanças que se vêm desenhando desde 2013.

[2] Apresentação de Alexandre Barbosa no seminário *A Integração Regional no Contexto da Crise Global*.

A etapa atual

Para compreender o atual momento que a região vive, é preciso levar em consideração alguns elementos chave, que aparecem mais relacionados ao contexto internacional do que propriamente ligados a acontecimentos e mudanças no interior do bloco.

Se podemos afirmar que, especialmente na última década, o Mercosul foi construído com base num certo distanciamento da lógica dominante dos Estados Unidos, e também a partir de interesses e modalidades políticas relativamente mais próximos ou semelhantes – sobretudo aos do Brasil e da Argentina, aos quais agora se soma a Venezuela –, vemos novamente nos últimos anos a presença e incidência ascendente dos Estados Unidos sobre a região, combinadas com o crescimento das alianças tradicionais das elites locais, subordinadas a essa hegemonia norte-americana.

Se, por um lado, podemos comemorar os dez anos da derrota da Alca, com um Mercosul atuante e resistente à lógica do livre comércio, tanto dos Estados Unidos como da União Europeia, por outro lado, devemos reconhecer que a perspectiva liberalizante continua avançando na região. A assinatura de acordos bilaterais entre diversos países da América do Sul e os Estados Unidos e a União Europeia – como foi o recente acordo assinado pelo Equador – e as negociações que continuam a cernir seus perigos sobre o próprio Mercosul são uma realidade em aumento. O avanço da Aliança do Pacífico – mais alardeado que real – e, mais concretamente, a negociação em curso do Tratado Transpacífico (TPP) – área de livre comércio promovida pelos Estados Unidos e orientada ao novo eixo prioritário do comércio mundial – reforçam as alianças que competem, na América do Sul, com uma perspectiva de maior autonomia regional. Esse contexto tem criado fortes pressões liberalizantes para o Mercosul e, como resultado, o abandono de opções futuras de desenvolvimento dos diversos países da região, que se agrupam na União de Nações Sul-Americanas (Unasul), segundo adiram ou não às condicionalidades que o livre comércio lhes impõe do ponto de vista das limitações a suas decisões soberanas.

Um segundo conjunto de problemas surge da importância e do peso geopolítico internacional da China [3], que tem se fortalecido notavelmente nos últimos anos. Como parte desse fortalecimento no âmbito global, também a presença comercial chinesa e a ampliação de seus investimentos na América Latina representam uma novidade. Além disso, o firme crescimento das compras de commodities, especialmente de alimentos e minérios, vem direcionando e impulsionando o crescimento da exportação de matérias-primas e, com isso – particularmente no

O avanço da Aliança do Pacífico e a negociação em curso do Tratado Transpacífico reforça as alianças que competem na América do Sul com uma perspectiva de maior autonomia regional.

[3] Miola, Jeferson. “Mercosul: possíveis políticas e estratégias em tempos de crise”. In *Mercosur. Prospectiva 20 años. Montevideu: Cefir, 2012.*

caso do Brasil, mas também em outros países da região –, colaborando com a desindustrialização das economias. Essa situação nos alerta para os perigos da permanência do modelo primário-exportador, agora com forte destino asiático, e deve ser questionada, ao mesmo tempo em que se pode contrapor com o aprofundamento do processo de integração do mercado regional, na perspectiva de buscar uma complementação produtiva com ênfase manufatureira.

Um terceiro elemento relevante da situação atual é que, desde o início da década, o Brasil tem abandonado a prioridade que tinha em relação ao Mercosul, tomando um rumo bastante pragmático com relação à região. Isso incluiu certo distanciamento de novas perspectivas para a ampliação global de sua influência, refletido na prioridade outorgada à sua participação no âmbito do G20 e na construção de alianças com o Brics – ainda que o Mercosul continue sendo um espaço fundamental de afirmação de sua liderança regional, tanto para o crescimento de suas empresas transnacionais, como para dar peso a suas pretensões globais. A ênfase na sua participação no G20, e especialmente na articulação do bloco do Brics, com o esforço para a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, acabou reduzindo a presença regional do Brasil, e a retórica não conseguiu encobrir a diminuição do seu ímpeto integrador no Mercosul.

Finalmente, a chegada, com força, da crise econômico-financeira ao Brasil em finais de 2014, atacada fundamentalmente com medidas de ajuste fiscal recessivo na esfera doméstica, junto com o abalo político da recém-reeleita presidenta do país, reforçou as dificuldades e reduziu drasticamente as possibilidades de um papel mais ativo do país na região. Também a tendência dos países do Mercosul, que desde o início da década vêm buscando soluções nacionais, em vez de priorizar uma saída conjunta da crise, se viu fortalecida pelas urgências colocadas no cenário nacional pelo principal ator do bloco. Por outro lado, a necessidade de o Brasil desempenhar um papel fundamental na diminuição das desigualdades regionais por meio de contribuições específicas – como, por exemplo, no Focem – ficou limitada pelos cortes orçamentários definidos pelo governo brasileiro. Assim, a integração, que poderia ser uma solução estratégica para sair da crise, passa a ser adiada, mais uma vez, por questões emergenciais e de curto prazo.

Somadas a tudo isso, as recentes notícias sobre as negociações em marcha para a concretização de um acordo entre os Estados Unidos e a União Europeia – o Tratado Transatlântico de Comércio e Investimentos (TTIP) – criam uma nova perspectiva de fortalecimento da integração Norte-Norte, que, mais que benefícios comerciais para ambos os sócios do tratado, dará força e musculatura ao mercado de influência dos Estados Unidos para seu enfrentamento com a China e a batalha pela hegemonia do mercado global. Se, além do mais, incluirmos as informações recentes que dão conta do acordo alcançado no TTP

e as notícias sobre o avanço das parcerias público-privadas (PPP) que estão sendo empurradas pelos países desenvolvidos em todos os cenários negociadores [4], mais as liberalizações de serviços públicos impulsionadas pelo Tratado de Comércio de Serviços (Tisa), temos um cenário dramático na conjuntura internacional do ponto de vista das populações, especialmente dos países menos desenvolvidos. As consequências, entretanto, não ficam por aí, sendo que tanto o TTIP quanto o TTP serão acordos que, uma vez assinados e ratificados, definirão de forma modelar o comércio internacional e a proteção aos investimentos globais e, nesse sentido, seus impactos irão muito além dos próprios países assinantes. Pode-se assegurar que as consequências dessas negociações plurilaterais serão devastadoras para a OMC e o multilateralismo, desenhando assim um mundo muito menos democrático e plural.

Evidentemente, todos esses elementos estão dando novo tom ao processo de reorganização dos diversos interesses em jogo na região e provocando efeitos já notáveis no tabuleiro da (des)integração regional, que, de fato, está afetando o equilíbrio até agora existente no

Uma vez assinados e ratificados TTIP e TTP irão modelar o comércio internacional e a proteção aos investimentos globais. Assim, seus impactos irão muito além dos países assinantes.

bloco e também impactando o processo de integração da América do Sul em seu conjunto. Com esse novo marco político, quais possibilidades de avanço tem a integração regional? Que perspectivas tem o Brasil de recuperar sua liderança regional, manter a coesão do Mercosul e influenciar, sobretudo a partir do bloco, a integração política e estrutural da Unasul? Essas são algumas das perguntas que surgem nesta nova fase do Mercosul.

O Mercosul e a disputa geopolítica global

Tal como assinala Gerardo Caetano, se faz evidente que o Mercosul necessita com urgência de novo “pensamento estratégico rigoroso” [5], aparentemente ausente na região. De fato, os desafios para esta etapa crescerão no âmbito das mudanças regionais e globais. Praticamente sem assinatura de acordos de livre comércio, situação quase excepcional no mundo, o Mercosul tem consumido muitos esforços dos governos dos países membros frente às pressões regionais e globais para uma liberalização progressiva. Se isso coloca o bloco numa situação privilegiada, esse status é, ao mesmo tempo, de enorme responsabilidade política e de volumosa dificuldade diante das próximas disputas, seja no que se refere à integração regional, seja, ainda mais, no âmbito multilateral.

Essa nova dimensão estratégica do Mercosul precisa ser analisada com maior detalhamento e com base nos cenários futuros que estão se desenhando: seria preciso recombina estratégias comuns nos diversos espaços que a integração da região (Celac, Unasul e Alba) assume. Também nesse sentido podem cobrar importância ações combinadas com relação ao Brics, com sua tentativa de equilibrar o poder geopolítico no âmbito da governança global, como também do próprio Mercosul, para reforçar a perspectiva de regulação do sistema financeiro internacional, que muito lentamente se discute no G20 [6], no sentido de encontrar caminhos para sair da crise e de uma recuperação econômica regional e global.

O Mercosul poderia ainda desempenhar um papel importante na sustentação da integração regional alternativa e também possibilitar, por meio do Brics, formatos viáveis de uma integração Sul-Sul que busque desequilibrar o mundo unipolar que volta a se desenhar e alentar cenários globais mais democráticos. Esse papel que o Mercosul deveria buscar se articula com o questionamento ao estilo de desenvolvimento primário-exportador que os países da América do Sul continuam implementando, que, para mudar, precisa de um novo marco regulatório do sistema financeiro, de um comércio fortalecido regionalmente e de investimentos com regras e requisitos de desempenho e garantias de direitos, e não apenas de segurança jurídica para as empresas.

Todas essas propostas, contudo, precisam, evidentemente, da articulação das diversas lutas dos movimentos sociais, que vêm somando esforços no questionamento ao modelo de desenvolvimento hegemônico e construindo

alternativas ao atual sistema produtivo nos territórios, na defesa dos direitos e dos bens comuns. Assim, o compromisso dos movimentos sociais com a disputa dos rumos do Mercosul e da integração regional em seu conjunto torna-se crucial neste momento. ▀

O Mercosul poderia ser uma integração regional alternativa e possibilitar formatos viáveis de integração Sul/Sul, por via dos Brics, que busque desequilibrar o mundo unipolar.

[4] Especialmente no âmbito da recente 3ª Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em Adis-Abeba, e a expressão de suas conclusões sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 na ONU.

[5] Caetano, Gerardo. *Mercosur. Prospectiva 20 años*. Montevideu: Cefir, 2012.

[6] Lembrar que tanto a Argentina quanto o Brasil participam do G20.

A IIRSA é integração?

Gerardo Cerdas Veras

Pesquisador do Ibase

Em setembro de 2000, foi lançada em Brasília a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), como resultado da I Reunião dos Presidentes da região. Inicialmente, ela não teve uma institucionalidade específica, mas a partir de 2010 foi absorvida pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), órgão vinculado à União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Passados quinze anos, faz-se necessário refletir minimamente sobre o significado da IIRSA, suas implicações para nossa região, e para o Brasil em particular, considerando que a iniciativa, mais do que um conjunto de obras de infraestrutura, responde a uma lógica de intervenção territorial que visa ao enquadramento regional às necessidades da economia internacional.

De fato, enquanto estratégia intergovernamental, a IIRSA tem como objetivo central promover a integração física da América do Sul, visando maior competitividade e inserção da região no mercado mundial. Isso se dá no contexto de uma transição sistêmica do Atlântico para o Pacífico – centro nevrálgico da economia globalizada, representada cada vez mais pela China, com sua voraz dinâmica de crescimento.

O lançamento da IIRSA teve pelo menos três pontos determinantes, dois externos e um interno: (i) a instauração de um modelo de desenvolvimento na região pautado pela abertura e pela liberalização comerciais indiscriminadas, em sintonia com os interesses expansionistas norte-americanos e com uma visão da integração regional inspirada no “regionalismo aberto”, defendido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e pelos governos da época; (ii) a transição do polo dinâmico da economia global para o Pacífico impactou a demanda mundial de *commodities* (agrícolas, energéticas e minerais) e impulsionou transformações produtivas em quase todas as regiões do globo. Na América do Sul, a crescente presença chinesa significou, para os Estados Unidos, a entrada em cena de um forte concorrente. A IIRSA está, portanto, no coração de uma disputa pela hegemonia mundial; (iii) no plano interno, a tentativa brasileira por recuperar e consolidar sua centralidade na América do Sul remonta à década de 1990 [1] e passou, inicialmente, pela formulação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enid). Esses eixos visavam construir um sistema integrado de logística, capaz de promover a competitividade dos produtos brasileiros e incorporar novas áreas do território nacional à dinâmica do comércio global. Seu foco foi a construção de infraestruturas para a integração física do país, privilegiando as áreas de transportes, energia e comunicações. A partir de 1996, os Planos Plurianuais basearam-se na lógica dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), que, por sua vez, seriam um dos fatores chave para o desenho e a formatação da IIRSA (Quental, 2013). Nesse sentido, a IIRSA pode ser entendida como uma projeção, em escala regional, da lógica de integração territorial pensada inicialmente para o caso brasileiro.

Com relação ao primeiro ponto, cabe lembrar que o predomínio neoliberal veio de mãos dadas com a ideologia dos mercados abertos e competitivos e com a aplicação do receituário do Consenso de Washington, resumidos na imposição de uma agressiva política de abertura comercial e financeira, que

[1] A década de 1980 esteve marcada por processos internos críticos que significaram um retrocesso do Brasil como potência hegemônica regional. A partir de meados dos anos 1990 o projeto é retomado e a IIRSA é, em vários sentidos, sua principal expressão.

A IIRSA representa a vitória dos que defendem a instauração de um modelo primário-exportador de baixo valor agregado sobre os que defendem uma integração pautada na produção de alto valor agregado e intensiva em tecnologia e conhecimento.

[2] Para uma interessante discussão sobre o conceito de eixos de desenvolvimento, desde a perspectiva do governo brasileiro, ver Nasser (2000).

redundou na privatização do patrimônio público, na desindustrialização e na progressiva especialização da exportação de *commodities* como estratégia de inserção externa das economias da região. Nessa época, o fantasma da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) percorria o continente. A Cepal propôs o “regionalismo aberto”, acompanhando uma concepção de integração regional “compreendida como sinônimo de liberalização comercial” (Quental, 2013, p. 4). A total e irrestrita liberalização comercial e financeira foi postulada pela agência da ONU como a única saída para retomar o crescimento da economia sul-americana, integrando-a de forma subordinada aos ditames de uma economia dominada pelo capital financeiro (Cepal, 2000).

Sobre o segundo ponto, hoje podemos avaliar melhor o que significou a emergência da China e o impacto disso na dinâmica econômica de toda a região. Praticamente todos os países passaram a privilegiar, de uma ou outra forma, sua vinculação comercial com essa nação pela via da exportação de *commodities* – minério de ferro, cobre, estanho, petróleo, soja e derivados, carnes, entre outros –, criando-se uma pressão centrífuga para a instauração das infraestruturas capazes de dar o suporte material ao novo padrão de acumulação de capital e integração ao mercado mundial. A IIRSA se concentra totalmente na construção de obras relacionadas com a exportação de produtos primários e, portanto, representa a vitória dos que defendem a instauração de um modelo primário-exportador de baixo valor agregado sobre aqueles que defendem uma integração pautada na produção de alto valor agregado e intensiva em tecnologia/conhecimento.

O terceiro determinante da IIRSA diz respeito ao papel do Brasil como impulsionador da iniciativa. A experiência dos Enid foi central para pensar, em escala continental, o problema do déficit e da fragmentação da infraestrutura na região, que seria um dos principais entraves para uma inserção mais competitiva da economia sul-americana no cenário internacional e, no que toca ao governo brasileiro, para sua expansão no continente [2]. A estratégia de intervenção da IIRSA enquanto mecanismo indutor do processo de integração física regional foi uma projeção da lógica dos Enid: ela foi estruturada a partir dos chamados “Eixos de Integração e Desenvolvimento” (EID) regionais e de um conjunto de “processos setoriais de integração”, como meio de se identificarem os requerimentos físicos, normativos e institucionais para a instauração dos projetos em cada um dos eixos. Inicialmente, foram doze EID, passando para dez na versão final divulgada pelos presidentes (Quental, 2013; Costa e Gonzalez, 2015).

De forma geral, esses dez eixos buscam interligar todo o continente sul-americano no sentido norte-sul e, principalmente, leste-oeste (entre o Atlântico e o Pacífico), mediante a construção de estradas, ferrovias, hidrovias, portos, hidrelétricas etc., respondendo à necessidade de uma visão integrada da infraestrutura, que considera a região como uma unidade geoeconômica. Para alguns analistas, nesses quinze anos, o principal avanço da IIRSA seria a construção de uma abordagem integrada da interconexão física regional, porém não teria conseguido de maneira efetiva resolver os gargalos que se propôs a enfrentar (Costa e Gonzalez, 2015).

Não obstante, é preciso apontar que a lógica por trás da IIRSA pressupõe uma intervenção violenta e um ordenamento territorial “que concebe grandes áreas do espaço geográfico sul-americano como sendo *vazios demográficos*” (Quental, 2013, p. 2) Ecoando a estratégia da ditadura militar brasileira dos anos 1970

para a ocupação da Amazônia (“homens sem terras para terras sem homens”) (Morbach, 2001), assume-se que o continente sul-americano seja um vasto domínio desprovido de história, e diversas formas de ocupação do território, e, ao mesmo tempo, desconhece-se sua extraordinária complexidade biótica.

Os eixos de integração e desenvolvimento da IIRSA

- 1- Eixo Andino:** atravessa e interliga a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Bolívia;
- 2- Eixo Andino o Sul:** localizado na divisa entre a Argentina e o Chile;
- 3- Eixo de Capricórnio:** interconecta o Chile, a Argentina, o Paraguai e o Brasil;
- 4- Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná:** comunica o Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Paraguai;
- 5- Eixo do Amazonas:** interconecta a Colômbia, o Peru, o Equador e o Brasil;
- 6- Eixo dos Escudos das Guianas:** conecta a Venezuela, a Guiana, o Suriname e o extremo norte do Brasil;
- 7- Eixo do Sul:** corredor de integração entre o Sul do Chile e a Argentina;
- 8- Eixo Interoceânico Central:** liga o sudeste brasileiro, o Paraguai, a Bolívia, o norte do Chile e o sul do Peru;
- 9- Eixo Mercosul-Chile:** conecta o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile;
- 10- Eixo Brasil-Peru-Bolívia:** interconecta esses três países.

Fonte: UNASUR/COSIPLAN (2014a).

Para os idealizadores da IIRSA, a natureza é vista apenas como um obstáculo a ser vencido e as populações que ocupam o território, por vezes desde tempos ancestrais, são consideradas, no melhor dos casos, como prescindíveis e, em geral, simplesmente inexistentes. Justifica-se assim a construção de grandes projetos de infraestrutura que intervêm de forma unilateral na vida de comunidades e nos delicados biomas do continente em nome da conquista territorial, do desenvolvimento e da modernização. Em um seminário com a Corporação Andina de Fomento (CAF), em 2003, o presidente do BNDES declarou: “a Cordilheira dos Andes é certamente uma beleza, mas é um terrível problema de engenharia” (BNDES, 2003). Essa visão pragmática e instrumental permeia a concepção da IIRSA acerca de todos os biomas sobre os quais ela intervém: o Pantanal, a Amazônia, os Pampas etc.

A iniciativa promove a interconexão física regional em função do capital transnacional, especialmente do capital financeiro, e não a integração regional efetivamente. A IIRSA foi, e continua sendo, a ponta de lança de um projeto de abertura aos mercados mundiais, mas ignora soberanamente as territorialidades dos grupos sociais pré-existentes e os impactos ambientais de seus empreendimentos megalomaniacos. Parte-se de uma ideia abstrata de “integração”, da qual são excluídos os impactos e desestruturações do território e de formas de organização social e produtivas que se constituíram ao longo das épocas nos “eixos” da iniciativa. Isso facilita a rapinagem sobre recursos abundantes dos quais a América do Sul dispõe, como água, madeira, minérios, entre outros.

Como é possível que instituições como BID, CAF, Fonplata e BNDES, atuando em nome do desenvolvimento, tenham contribuído de forma tão decisiva com a especialização produtiva da região?

Mapa - Eixos de integração e desenvolvimento



Fonte: UNASUR/COSIPLAN (2014a)

Para os idealizadores da IIRSA a natureza é um obstáculo a ser vencido e as populações são consideradas, no melhor dos casos, como prescindíveis ou simplesmente inexistentes.

Como se sabe, a acirrada disputa pelo controle da natureza e de seus processos é parte essencial da ampliação das fronteiras do capitalismo em crise. Assim, é fundamental atentar para as dinâmicas submetidas à implementação da IIRSA, que se legitimam sobre a base de um discurso integracionista, sem ser verdadeiramente um processo de integração. Os povos ficam fragmentados, e os ganhos de mobilidade beneficiam apenas o capital, que torna mais eficiente sua equação entre produção, circulação e realização.

O financiamento dos projetos é outro ponto fundamental para uma leitura crítica da IIRSA. Desde seu nascimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) exercem papel central como financiadores da carteira de projetos. A partir de 2003, o BNDES se somou a esse “time”, passando a viabilizar vultosos investimentos regionais, com o objetivo de contribuir com a internacionalização de empresas brasileiras, notadamente as de engenharia

e construção civil (De Deos e Wegner, 2010). Todas essas instituições, no entanto, compartilham os mesmos valores que sustentam a IIRSA e que guardam relação com essa “integração” subordinada ao mercado mundial. Como é possível que essas instituições, atuando em nome do desenvolvimento, tenham contribuído de forma tão decisiva com a especialização produtiva da região? O financiamento dos corredores de exportação de *commodities* e da matriz energética voltada às necessidades do comércio exterior está muito aquém do que um projeto integracionista amplo e integral deveria contemplar.

A integração sul-americana só será possível se contarmos com instrumentos de integração financeira efetivos, que sustentem dinâmicas de integração pautadas não apenas na exportação de

recursos naturais, mas na identificação de potencialidades produtivas locais e complementaridades nacionais, que permitam a superação efetiva das assimetrias entre regiões e países, que potencializem a inclusão produtiva, a escala local/regional, a economia do conhecimento, a agricultura familiar etc. Isso tudo os bancos que financiam a IIRSA deixam de fora; só se interessam por megaprojetos que desterritorializam o continente e o estruturam como simples extensão geográfica dos processos de acumulação globais. Iniciativas como a Nova Arquitetura Financeira Regional (Narf) precisam ser retomadas e discutidas amplamente, se realmente queremos avançar no debate e instauração dos processos integracionistas que redefinirão o lugar da América Latina no século XXI.

De modo geral, a IIRSA tem mostrado poucos avanços, se considerarmos que a maior parte dos projetos definidos como prioritários não foram implementados dentro do prazo previsto - 77% dos projetos encontram-se em etapa de execução, pré-execução ou enquadramento (Unasur/Cosiplan, 2014b). A despeito do relativo pequeno avanço dos projetos, é preciso atentar para o fato de que os 6.245 km de rodovias, os 7.342 km de ferrovias, os 8.950 km de vias fluviais, os quatro portos marítimos e os seis portos fluviais, entre muitos outros previstos para terminar até 2022 [3], implicam uma intervenção substancial nas dinâmicas territoriais, cujos impactos cumulativos são praticamente desconhecidos nos planos social e ambiental. Por esses e outros temas relevantes, é urgente que seja retomado o debate sobre a IIRSA no Brasil e que sejam construídos olhares e abordagens alternativos sobre a integração regional, reformulando o lugar que caberá ao país nos próximos anos, à medida que os projetos de infraestrutura idealizados saiam do papel e atinjam as comunidades e os ecossistemas da rica, vasta, plural e diversa geografia ambiental e social sul-americana. ♥

Como é possível
que instituições
como BID, CAF,
Fonplata e BNDES,
atuando em nome
do desenvolvimento,
tenham contribuído
de forma tão decisiva
com a especialização
produtiva da região?

[3] A Agenda Prioritária de Projetos de Integração da IIRSA (API) inclui 31 projetos estruturados e cem projetos individuais, com uma inversão estimada em US\$ 21,17 bilhões até 2022 (Unasur/Cosiplan, 2014b).

Referências

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. “Discurso do presidente do BNDES, Carlos Lessa”. I Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES/CAF: *Prospecção de Projetos de Integração Física Sul-Americana*. Acesso em: 6 out. 2015.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. “O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, Carlos Eduardo Lampert; GONZALEZ, Manuel José Forero. *Infraestrutura física e integração regional na América do Sul: uma avaliação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul*. Brasília: Ipea, 2015.

DE DEOS, Simone; WEGNER, Rubia. “Cooperação financeira e o financiamento da infraestrutura na América do Sul”. *Oikos*, v. 9, n. 2, Rio de Janeiro, 2010, pp. 69-89. Disponível. Acesso em: 10 set. 2015.

MORBACH, Marise Rocha. “A publicidade no período Médici: os efeitos da propaganda de ocupação da Amazônia”. Apresentação no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande, 2001. Acesso em: 6 out. 2015.

NASSER, Bianca. “Economia regional, desigualdade regional no Brasil e estudo sobre os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”. *Revista do BNDES*, v. 7, n. 14, Rio de Janeiro, dez. 2000, pp. 145-78.. Acesso em: 6 out. 2015.

QUENTAL, Pedro de Araújo. *Dilemas da integração regional na América do Sul: a lógica territorial da IIRSA e suas implicações socioespaciais*. Buenos Aires: Clacso, 2013.

UNASUR/COSIPLAN – Unión de Naciones Suramericanas/Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento. *Cartera de Proyectos 2014*. Montevideo: 2014a.

UNASUR/COSIPLAN – Unión de Naciones Suramericanas/Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento. *Agenda Prioritaria de Proyectos de Integración 2014*. Montevideo, 2014b.



MEMÓRIA

Rio para quem?

Ana Redig

Jornalista do Ibase

No dia 8 de outubro de 2015, o Comitê para o Direito das Crianças da Organização das Nações Unidas (ONU) publicou seu informe sobre a situação da juventude no Brasil. A entidade classificou como “violência generalizada” a forma de atuação da Polícia Militar, da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) contra crianças de rua e aquelas que vivem em favelas do Rio de Janeiro. O Comitê denunciou ainda “o elevado número de execuções extrajudiciais de crianças pela Polícia Militar, por milícias e pela Polícia Civil”, assim como a “impunidade generalizada” dos responsáveis. No entender da ONU, essas penas deveriam ser maiores, pelo fato de serem aplicadas a profissionais do setor de segurança.

Não é de hoje que integrantes das forças de segurança do Rio agem impunemente como “justiceiros”. Quem não se lembra das Mães de Acari? Era 26 de julho de 1990. Cristiane Souza Leite, 16 anos, Rosana Lima de Souza, 18 anos, Wallace do Nascimento, 17 anos, Edio do Nascimento, 41 anos, Luiz Carlos de Vasconcelos, 37 anos, Moisés dos Santos Cruz, 31 anos, Antonio Carlos da Silva, 17 anos, Viviane Rocha, 13 anos, Luiz Henrique Euzébio, 17 anos, Wudson de Souza, 16 anos, e Edson de Souza, 17 anos, foram retirados de um sítio em Suruí (Magé), onde passavam o feriado, por um grupo identificado como sendo de policiais. Eles queriam joias e dinheiro. Depois de uma hora de “negociações”, os 11 foram levados para local ignorado e nunca encontrados. Até hoje as mães dessas vítimas lutam por justiça. Elas foram perseguidas, ameaçadas e caluniadas e ficaram conhecidas internacionalmente como As Mães de Acari (bairro onde a maioria morava). Edméia da Silva foi assassinada em 20 de julho de 1993. Depois de 25 anos, nem os responsáveis pela Chacina de Acari, nem os assassinos de Edméia foram presos.

AS VÍTIMAS DA CHACINA DA CANDELÁRIA*Paulo Roberto de Oliveira, 11 anos**Anderson de Oliveira Pereira, 13 anos**Marcelo Cândido de Jesus, 14 anos**Valdevino Miguel de Almeida, 14 anos**“Gambazinho”, 17 anos**Leandro Santos da Conceição, 17 anos**Paulo José da Silva, 18 anos**Marcos Antônio Alves da Silva, 19 anos*

Apenas três dias após a morte de Edméia, otito jovens (seis menores e dois maiores de idade) que dormiam próximos à Igreja da Candelária, no Centro do Rio de Janeiro, foram assassinados por policiais militares. Pouco antes da meia-noite de 23 de julho de 1993, dois carros com placas cobertas pararam em frente à Igreja e dispararam contra as crianças, que dormiam. O adolescente Wagner dos Santos foi atingido por quatro tiros, mas sobreviveu para reconhecer os envolvidos. Em 12 de setembro de 1994, ele sofreu outro atentado, na Central do Brasil. Por isso o Ministério Público o incluiu no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Wagner vive hoje na Suíça, com ajuda do governo, e sofre com sérios problemas de saúde.

Sete pessoas foram indiciadas e a maior parte foi julgada pela Chacina da Candelária: o ex-policial militar Marcus Vinícius Emmanuel Borges, Nelson Oliveira dos Santos (acusado também da tentativa de assassinato de Wagner dos Santos), Arlindo Afonso Lisboa Júnior, Marco Aurélio Dias de Alcântara, Carlos Jorge Liaffa e os policiais militares Cláudio dos Santos e Marcelo Cortes. As penas variaram de dois a 309 anos de reclusão, mas até hoje nenhum deles pagou pelos crimes cometidos.

O informe da ONU afirma que o Estado está tentando “limpar” o Rio para as Olimpíadas de 2016. “Existe uma onda de limpeza visando ao evento e que tenta mostrar ao mundo uma cidade sem esses problemas”, disse Renate Winter, vice-presidente do Comitê para os Direitos das Crianças da ONU. A entidade ainda responsabiliza as forças de segurança pelo desaparecimento de menores durante operações, prisões arbitrárias, tortura em viaturas policiais e delegacias, além de recusa de ajuda médica ou legal.

Esse comitê está especialmente preocupado com o grande número de crianças nas ruas, vulneráveis a mortes extrajudiciais, tortura, desaparecimento, recrutamento por grupos criminosos, abuso de drogas e exploração sexual. O Brasil tem uma das maiores taxas de homicídio de crianças entre todos os países do mundo, sendo a maioria das vítimas afro-brasileiros.

Em setembro, Herinaldo Vinicius de Santana, de 11 anos, brincava, quando foi morto com um tiro de fuzil no peito, no Caju, na Zona Portuária do Rio. O menino, muito pobre, morava com sua mãe em um hospital abandonado. No mesmo mês, Christian Soares Andrade, de 13 anos, foi baleado em uma troca de tiros durante ação da Polícia Civil em Manguinhos, na Zona Norte, e morreu. Policiais da Coordenadoria de Operações Especiais (Core) da Polícia Civil e da Divisão de Homicídios, com apoio da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) de Manguinhos, buscavam quatro suspeitos de assassinar o policial militar Clayton Alves Fagner Dias, de 26 anos, que trabalhava na UPP. Policiais disseram que foram atacados por criminosos ao chegar na comunidade. Apesar de ter passagens pela polícia, Cristian era um jovem estudioso e participava de projetos sociais na comunidade. Revoltada, a população cercou os policiais militares

O Brasil é um dos países com uma das maiores taxas de homicídio de crianças no mundo. A maioria das vítimas é de afro-brasileiros.

aos gritos de “justiça” e fechou as ruas da região em protesto. O reforço policial chegou atirando a esmo, causando correria e gritos dos moradores.

Limpeza

Em outubro, os contornos dessa “limpeza” para os Jogos Olímpicos ficaram bastante claros, quando a Polícia Militar começou a interromper as viagens de linhas de ônibus que transportam pessoas do subúrbio e da Zona Norte do Rio de Janeiro com destino às praias cariocas, na Zona Sul. A PM parou os ônibus e jovens negros foram retirados dos coletivos, enfileirados e revistados publicamente [1], em uma “ação preventiva contra assaltos e arrastões”, segundo o discurso da Secretaria de Segurança. Diante da reação indignada de parte da sociedade civil, a Prefeitura respondeu com o anúncio de uma “estratégia de mobilidade urbana”: até março de 2016, 33 linhas de ônibus serão eliminadas, 21 serão encurtadas e cinco novas serão criadas, reduzindo a frota que passa pela Zona Sul da cidade em 35%.

As novas medidas já foram adotadas e a população já começou a sofrer com o aumento do tempo de deslocamento provocado pelas novas e obrigatórias baldeações. Com um sistema de transportes em que o Bilhete Único só vale para duas viagens dentro de um período de 2h30, e com um trânsito fora de controle, o que a Prefeitura pretende é impedir, pela via econômica, o acesso das pessoas pobres ao espaço mais democrático da cidade: a praia. Ainda que isso afete negativamente toda a mobilidade da cidade, o governo municipal prefere manter parte do Rio de Janeiro segregada em seus guetos.

Enquanto isso, as autoridades da corporação policial atuam com uma lógica de guerra, que fomenta uma discórdia sem fim entre aqueles que deveriam proteger a população e a parte da população que também tem direito a ser protegida. É a privação de todos os direitos, à vida, ao lazer, à educação, à saúde, que faz com que o Rio seja cada vez mais violento. Infelizmente, as maiores vítimas desse problema social continuam sendo mortas como moscas, aumentando tristes estatísticas.

Durante o fechamento desta edição *O Globo* publicou mais uma violência, desta vez, jurídica [2]. ♥

[1] O diretor do Ibase, Itamar Silva, fala sobre o tema em entrevista à revista eletrônica alemã Deutsche Welle (DW.com)

[2] Anistia Internacional



REPORTAGEM

Cidade “ainda” partida

Pedro Martins

Jornalista do Ibase

Uma das principais características da cidade, em especial das metrópoles, é a capacidade de circulação que ela gera para seus habitantes. Dessa circulação, ou melhor, desta mobilidade acontece a ocupação de espaços públicos e surgem os mais diversos tipos de contato e encontro entre os diferentes sujeitos que neles circulam. Segundo a antropóloga e professora da UFRJ Janice Caiafa, em seu livro *Jornadas urbanas*, sobre o transporte de ônibus no Rio de Janeiro, a falta de mobilidade é a principal negação do direito à cidade: “Não poder mover-se ou fazê-lo com dificuldade é estar desprovido numa cidade, é ser destituído da principal senha para a vida urbana” [1]. Essa dificuldade de se deslocar é cada dia mais visível em cidades como o Rio de Janeiro, em que, claramente, esse potencial de cidade vai se perdendo.

A dificuldade de deslocamento tem raízes na história de formação da sociedade e sua consequente ocupação do espaço urbano. Somam-se a isso anos sucessivos de políticas públicas, especialmente na área de transporte, que não permitem um avanço no empoderamento dos cidadãos dentro da urbe. As consequências dessa falta de mobilidade afetam claramente o acesso a outros direitos e serviços que deveriam estar disponíveis à maioria da população, como o acesso à educação, em especial a de nível superior. Para exemplificar melhor os transtornos e os direitos afetados pela dificuldade de mobilidade urbana no Rio de Janeiro, pegamos o caso do bairro mais populoso da cidade, Campo Grande, na Zona Oeste, com 330 mil habitantes.

Nos últimos 12 anos, diversas políticas ampliaram o acesso a alguns direitos fundamentais para grande parte da população e, entre elas, algumas ampliaram o acesso às universidades – além do regime de cotas, também houve um expressivo aumento do número de vagas nas instituições federais. Com isso, setores da sociedade que antes enfrentavam dificuldades para ingressar no Ensino Superior passaram a acessá-lo de forma mais frequente. Entretanto, se o estudante for morador de Campo Grande, esse direito não pode ser plenamente usufruído. O bairro conta com muitas universidades e faculdades, mas apenas uma delas é pública, a Universidade Estadual da Zona Oeste (Uezo). Diante dessa realidade, a alternativa de muitos universitários acaba sendo estudar em outros bairros, como Maracanã, Urca ou Ilha do Fundão. E nessa hora é que se vê que a falta de mobilidade pode acarretar dificuldades tão grandes que inviabilizam o direito do cidadão.

Trocas de ônibus e trocas de casa

“Hoje eu saí da faculdade às 13h e ainda estou no caminho pra casa. A essa hora, sem trânsito, eu talvez pudesse estar chegando na casa da minha mãe, que fica em Rio das Ostras. Não é que eu more tão longe, é que não tem ônibus pra quem mora na Zona Oeste, já que a maioria foi deslocada para atender quem pagou uma graninha a mais pra ir pro Rock in Rio no conforto. Tem criança, tem idoso e tem obeso em pé, num ônibus que custa 12 reais, porque a gente não tem a opção de esperar. A solução não chega.”

Esse trecho é uma postagem numa rede social da estudante de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro Nathalia Prado, num dos dias de Rock in Rio, quando o acesso ao bairro de Campo Grande ficou ainda mais difícil devido a alterações no trânsito e no trajeto das linhas de ônibus. Nesse dia, mesmo saindo do campus da UFRJ na Praia Vermelha, na Urca, às 13 horas, ela só chegou em casa às 17 horas. Em dias normais, a situação não é muito diferente. Segundo a estudante, todas as possibilidades que ela tem para chegar à faculdade são compostas, no mínimo, por dois meios de transporte. Caso tenha que chegar cedo, esse mínimo são três.

Diante dessa realidade, constatam-se alguns problemas que podem inviabilizar o acesso de muitos estudantes do bairro a seu local de estudo. O primeiro deles é o custo envolvido nesse deslocamento. Atualmente, o valor da passagem de ônibus no Rio de Janeiro é de R\$

A estudante precisa pegar, no mínimo, dois meios de transporte para chegar à faculdade. Se tiver que chegar cedo, são três.



Nathalia Prado

25 de setembro · Editado · 🌐

Hoje eu saí da faculdade às 13h e ainda estou no caminho pra casa, não porque é tão longe (a essa hora sem trânsito eu talvez pudesse estar chegando na casa da minha mãe que fica em Rio das Ostras), mas porque não tem ônibus pra quem mora na Zona Oeste já que a maioria foi deslocada para atender quem pagou uma graninha a mais pra ir pro Rock in Rio no conforto.

Tem criança, tem idoso e tem obeso em pé num ônibus que custa 12 reais, porque a gente não tem a opção de esperar. A solução não chega.



3,40. Contando que são duas conduções de ida e duas de volta, Nathalia gasta por dia R\$ 15,60, no mínimo, totalizando mais de R\$ 300,00 por mês em gastos com deslocamento. O valor pode ser ainda mais caro se se optar pelos ônibus chamados “frescão”. Com poltronas reclináveis e ar condicionado, esse modelo também acaba sendo utilizado pelos moradores de Campo Grande devido à escassez e às dificuldades dos ônibus de linha. O preço do frescão, atualmente, é de R\$ 12,00 e, como diz Nathalia em sua postagem na rede social, muitas pessoas vão em pé.

“Tenho acesso a mais coisas na região onde estou morando do que em Campo Grande. Isso é uma violação dos direitos da juventude”.

Monique Lima

Também vale destacar que Nathalia, assim como outros estudantes e trabalhadores de sua região, perde, por semana, o equivalente a mais de um dia em horas de deslocamento. Nathalia revela ser especialmente difícil quando as aulas começam às 7h30. Por isso ela já pensou em trancar a faculdade, mas não desistiu para não abandonar seu grande desejo de ser psicóloga.

Outra estudante de Psicologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Monique Lima, tomou a decisão de, durante a semana, morar mais próximo da faculdade. Como suas aulas acabam somente às 22h40, a dificuldade e os perigos para chegar a Campo Grande a forçaram a tomar essa decisão: “Era muito ruim sair da faculdade para voltar para casa. Tinha que chegar à rodoviária antes de meia-noite, e agora piorou, os ônibus param de circular às 23 horas”. No início, Monique foi morar numa república estudantil, mas não se adaptou ao local, e hoje divide um apartamento de dois quartos com nove amigas. Ela diz que, mesmo com a bolsa estudantil que recebe, seria impossível dar continuidade aos seus estudos sem a ajuda dos pais. Como estudante que entrou pelas cotas destinadas a alunos da rede pública, ela lamenta o fato de não conseguir morar mais no mesmo bairro: “Numa perspectiva de futuro, tenho acesso a mais coisas na região onde estou morando do que em Campo Grande. Isso é uma violação dos direitos da juventude”.

Assim como Nathalia, Monique também conhece pessoas que não conseguiram levar seu curso universitário até o fim por falta de mobilidade. Uma opção é buscar cursos de Ensino Superior localizados no próprio bairro, evitando assim grandes deslocamentos. O problema é que, em sua maioria, são unidades privadas, o que significa uma boa fatia do orçamento para aqueles que não conseguem bolsa. Laryssa Souza está fazendo pré-vestibular e já se coloca essa possibilidade. Além disso, ela já prevê a necessidade de contar com o apoio dos pais e também busca por bolsas de estudo: “É complicado porque, além de dinheiro para o transporte, tem que pensar na alimentação e nas cópias”, avalia. As estratégias para garantir o direito ao Ensino Superior de um estudante do bairro está, dessa forma, para além da decisão de qual curso deseja fazer e em que instituição deseja estudar. Passa, sobretudo, por desenvolver táticas para que isso aconteça. A (i) mobilidade urbana acaba jogando esses jovens cada vez mais para o confinamento de seu próprio local de moradia.

“A gente quer cultura, diversão e arte”

Não só a educação é dificultada nessa aventura que é morar num bairro afastado do centro do Rio de Janeiro. Segundo dados da Prefeitura, somente 2% dos equipamentos culturais da cidade estão alocados no bairro de Campo Grande. Em sua imensa maioria, cinemas, teatros, museus e outras opções de cultura e lazer localizam-se na Zona Sul e no centro da cidade. Dessa forma, para ter acesso a esses bens, o morador de Campo Grande precisa pensar e planejar bastante antes de ocupar seu tempo livre. “Temos que ir para a Zona Norte, o Centro ou a Zona Sul, levando assim horas e horas dentro de ônibus. Vamos já pensando se terá condução para voltar e o que faremos se não tiver transporte”, desabafa Guilherme Santtos, estudante de Pedagogia.

E não é só o lazer e a cultura que ficam prejudicados. Um dos direitos humanos mais fundamentais, o amor, também pode ser dificultado pela segregação que o modelo de cidade impõe a seus habitantes. O mesmo Guilherme aponta isso: “Somos obrigados a inventar atividades em nosso bairro para suprir essa segregação velada por parte das empresas de ônibus, com a omissão dos representantes públicos. Isso afeta também meu relacionamento, pois, pela distância, eu não posso ir a qualquer hora visitar minha namorada, que mora na Lapa, a mais de 52 km de Campo Grande. Tenho que planejar uma logística inteira para sair de casa e voltar seguro, sem pegar engarrafamento e sem que o ônibus demore a passar”.

Nos últimos anos, a região de Campo Grande, assim como grande parte da cidade do Rio de Janeiro, passou por diversas modificações do transporte público. Linhas de ônibus foram suprimidas e muitos trajetos passaram a ter de ser feitos com baldeações em outros terminais pela cidade. Além disso, também está prevista a implementação do sistema de BRT para o bairro. Mesmo as linhas que circulam pelo bairro, a partir de determinada hora, começam a ficar escassas. Segundo o relato dos entrevistados, o novo formato proposto, além de não resolver, até reforça um tipo de enclausuramento, fazendo com que a população do bairro busque alternativas mais próximas de suas residências.

Num trabalho realizado no mês de junho pelo grupo de moradores Nós de Campo Grande, foi feito um monitoramento de 59 linhas de ônibus que passam pelo bairro durante duas madrugadas de um final de semana [2]. O resultado expõe uma realidade quase igual a um toque de recolher, em que todos os moradores teriam horário para chegar em casa de ônibus. A pesquisa constatou que somente 17% das linhas operaram durante a madrugada no primeiro dia. No segundo dia, o número caiu para 15%. Para piorar, a pesquisa evidencia que determinadas localidades do bairro não contam com nenhuma linha de ônibus circulando durante toda a madrugada.

Em Campo Grande
cerca de 16% das
linhas de ônibus
operam durante
a madrugada.
Algumas localidades
não têm nenhuma.

Além disso, o projeto de BRT previsto para o bairro sofre diversas críticas. O prefeito Eduardo Paes prometera que o sistema passaria pela Estrada do Mato Alto, em Campo Grande; entretanto, ao que tudo indica no momento, os moradores do bairro que desejarem ir de BRT até a Barra da Tijuca deverão voltar para Santa Cruz para pegar o transporte, o que torna o trajeto maior e mais demorado.

Melhorias em todos os sentidos

O transporte e a mobilidade ganharam especial destaque nas discussões de políticas públicas após as grandes manifestações de 2013, mas, antes disso, alguns movimentos já atuavam, e continuam atuando, reivindicando melhorias nesse quesito. Além do já citado Nós de Campo Grande, foi criada a Campanha “Ônibus me pega” [3], numa alusão à dificuldade de conseguir transporte no bairro. A campanha foi uma ação do projeto “Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem”, do Ibase e Coletivo Campo Grande, com o apoio da Ajuda da Igreja Norueguesa (AIN), para debater e reivindicar políticas para a mobilidade urbana para a região da Zona Oeste. A estudante Fernanda Barbosa relatou que a campanha a fez perceber o quanto a questão da mobilidade interfere na sua qualidade de vida. Segundo ela, “o pior é perceber que o tempo da viagem quase nunca faz jus à distância. Normalmente, é fruto de mal planejamento urbano, somado com a péssima gestão pública”.

E o modelo de ônibus afeta mais do que a vida de passageiros. A própria campanha “Ônibus, me pega” coloca entre suas reivindicações a melhoria das condições de trabalho para motoristas e cobradores. Além do estresse causado pelo trânsito caótico de uma grande cidade, muitos motoristas desempenham dupla função, tendo de calcular troco enquanto dirigem. Outros pontos negativos também são visíveis nas condições de trabalho desses profissionais. Em geral, os ônibus da cidade do Rio de Janeiro, e em especial os que circulam pelas áreas não nobres, costumam ser barulhentos durante seu deslocamento. Além disso, em sua grande maioria, os bancos dos motoristas ficam ao lado do motor do veículo, que os aquece. Esse calor constante gera alguns problemas de saúde, como doenças de pele e perda dos pelos das pernas, e muitos motoristas chegam a ficar estéreis. Para se ter ideia, o motor na parte da frente dos ônibus é proibido na cidade de Nova Iorque desde a década de 1920.

Usuário como prioridade?

Na lista de perguntas frequentes do site da Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro, a resposta à pergunta sobre como funciona o sistema de transporte da cidade começa de forma que talvez pareça irônica para aqueles que precisam ou desejam circular pela cidade: “O município do Rio redesenhou o sistema de transporte de forma a ter o usuário como prioridade”. O atual modelo de transporte parece colaborar cada vez menos para que a população tenha acesso à cidade de forma livre

e democratizada. Diferenças regionais acabam sendo reforçadas e a sensação é de segregação e confinamento para aqueles que moram em periferias, subúrbios e outras zonas mais populares da cidade.

Enquanto isso, a realidade da maioria da população é ver grande parte da sua vida passar pelo enquadramento da janela de um coletivo. Em 2013, o aumento das tarifas levou milhões de pessoas às ruas para reivindicar mais direitos, numa clara compreensão da relação entre a mobilidade urbana e a efetivação de muitos outros direitos. À época, empresários de ônibus e sua forte influência junto ao poder público foram questionados, inclusive com pedidos de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar tal relação. Dois anos depois, essa relação permanece sem explicações e o serviço continua precário e de alto custo financeiro e de vida para os cidadãos. Nesse sentido, soa ainda mais irônica a afirmação de que o sistema prioriza o usuário. Essa afirmação nos deixa a pergunta: prioriza o usuário dos ônibus ou os usuários das concessões para operação de linhas de ônibus, ou seja, os empresários do setor de transporte? ▾

INDICADORES DE CIDADANIA

Bens comuns e Indicadores de Cidadania

Cândido Grzybowski
Sociólogo, diretor do Ibase



Cidadania é o direito de ter direitos, uma relação política compartilhada entre todos e todas que compõem a coletividade, sem distinções, com base nos princípios e valores éticos de igualdade, liberdade, diversidade, solidariedade e participação. Cidadania é o fundamento e a força constituinte e instituinte da democracia.

Para criar indicadores de cidadania, o Ibase propõe organizar dados sobre o conjunto de direitos humanos, entendidos como direitos de cidadania, de pertencimento à humanidade e de titularidade de direitos, em qualquer situação e sociedade no planeta Terra. Para isso, considera três grandes conjuntos de direitos, em sua integralidade e indivisibilidade: direitos coletivos: bens comuns a toda a coletividade; direitos econômicos, sociais e culturais: equidade na manutenção e reprodução da vida; direitos civis e políticos: liberdade e igualdade, diversidade, pertencimento, participação e controle social.

Esses conjuntos de direitos têm sua legitimidade fundada na demanda histórica de grupos e sociedades por mais cidadania, mas não necessariamente todos são reconhecidos pelos Estados. No sistema de indicadores em construção pelo Ibase, os três conjuntos de direitos são apurados à luz de quatro dimensões de cidadania: cidadania vivida – condições de vida da cidadania no território à luz dos direitos; cidadania garantida – políticas públicas que garantem os direitos de cidadania; cidadania percebida – percepção dos integrantes da coletividade em questão sobre seus direitos e responsabilidades cidadãs; cidadania ativa – organização, ação e participação da cidadania do território em lutas por direitos de cidadania.

A proposta de indicadores de cidadania do Ibase é, antes de mais nada, um modo de olhar para dados; não é uma metodologia de pesquisa de dados primários, embora em algumas situações faltem dados secundários e seja preciso levantá-los diretamente. O compromisso é mostrar, com o máximo de rigor teórico e metodológico possível, uma leitura crítica de dados do ponto de vista dos direitos de cidadania. Trata-se, para o Ibase, de montar um sistema

capaz de avaliar a efetividade, o “estado da cidadania” em determinado território e momento histórico.

O maior desafio do sistema tem sido construir indicadores sobre os bens comuns, sob a perspectiva dos direitos coletivos. Lembro que os bens “comuns”, como direitos coletivos, são os menos bem definidos legalmente e sobre os quais muito poucos dados são produzidos para ajudar na sua leitura.

Os bens comuns como direitos coletivos de cidadania

Nem privado, nem estatal, simplesmente *comum*. Os bens não são comuns em si mesmos, são socialmente tornados comuns. Comum não é uma qualidade inerente ou intrínseca ao bem, mas uma qualidade que a relação social lhe atribui. A humanidade sempre conviveu com bens considerados comuns: alguns, porque é inconcebível viver sem eles; outros, porque os usos e costumes sempre os trataram como de todo mundo; e ainda há aqueles que se constituem como definidores da identidade social e cultural do grupo, tribo ou povo. São bens de diferentes características: uns são dádivas da natureza, outros são bens produzidos e usufruídos coletivamente. O que fundamenta o direito de compartilhar tais bens é ser parte do grupo, da comunidade, do povo, ou, até mesmo, da humanidade.

Bens comuns naturais fundamentais para todos, como a água e a chuva, os aquíferos e nascentes, os córregos, rios e mares, o sol, o vento, o clima e a atmosfera, a biodiversidade, com todas as plantas e todos os animais, os solos e sua fertilidade, os minerais. Deles depende a qualidade de vida, a sustentabilidade e a justiça e eles estão distribuídos de modo extremamente diverso. Por isso esses bens comuns impõem uma questão ética de cidadania e democracia: como gerir e compartilhar entre todos e todas os bens comuns naturais?

A genialidade humana gerou, ao longo da história, bens comuns de grande diversidade e de fundamental importância para a vida e as diferentes culturas. Aí entram as línguas, filosofias, religiões, artes, ciências, técnicas, tecnologias, a informação, a comunicação, a recentíssima cultura digital. São bens ilimitados, que quanto mais se compartilham mais crescem. Eles são a fronteira de expansão do bem viver, da felicidade humana. Um exemplo concreto de bem comum, complexo e dinâmico, são as cidades, territórios comuns de cidadania.

Por serem direitos coletivos, a privatização e a mercantilização dos bens comuns configuram grande ameaça e violação a esses direitos. A própria concepção de comum se contrapõe à de privado, isso numa sociedade dominada pela lógica econômica privada da acumulação de riquezas, em cujo mercado vence o mais forte. Os “bens comuns” – ou os direitos coletivos aos bens comuns – são formas fundamentais de qualidade de vida, e que motivam resistências e insurgências cidadãs que se opõem à privatização e mercantilização desses bens, e a sua gestão segundo interesses privados.

Os desafios de criar indicadores de cidadania sobre os direitos coletivos aos bens comuns

O primeiro desafio reside no fato de que não são produzidos e difundidos dados sistemáticos sobre os “bens comuns”. Produzi-los implica desafios teóricos e metodológicos de grande monta. Além do mais, fora situações muito específicas, geradas mais por agressões e violações radicais, a própria consciência cidadã dos bens comuns, muitas vezes, resta difusa, ampliando-se e ganhando vitalidade nos momentos de agressão a estes bens. Por isso a criação de indicadores de cidadania sobre os direitos coletivos aos bens comuns acompanha a tomada de consciência da cidadania sobre sua destruição pela privatização ou pela usurpação. Os “bens comuns” são mais uma prática social e uma cultura do que algo reconhecido e institucionalizado em leis e políticas públicas.

No Brasil, hoje, o exemplo mais evidente de tomada de consciência quanto a direitos coletivos é a defesa pelos povos indígenas de territórios de que fazem ocupação e uso secular, como um bem comum ameaçado. Mas, talvez a maioria, que internalizou a colonização do território, não admite que os povos indígenas tenham direito coletivo ao território que ocupam e

Os bens não são inerente ou intrinsecamente comuns, são socialmente tornados comuns. O que fundamenta o direito de comparti-los é ser parte do grupo, comunidade, povo, da humanidade.



usam como parte de seu modo de vida. Embora já tenhamos conquistado algumas coisas nesse sentido – a nossa Constituição reconhece tais direitos –, um dos debates atuais no Congresso é sobre uma PEC para flexibilizar os direitos indígenas e abri-los à mineração...

Há muitos outros exemplos. Todo o debate sobre o marco civil da internet foi sobre o quanto ela permaneceria “bem comum”, pois a cultura digital seria comum na essência. Planetários por natureza, a atmosfera e o clima são condições *sine qua non* da vida humana, e de qualquer forma de vida, que foram literalmente colonizados pelo capitalismo, baseado na energia fóssil e em emissões de CO₂, com impacto sobre todo o planeta Terra. Que indicadores de cidadania criar sobre os exemplos acima?

Existem milhares de outros bens comuns sobre os quais é difícil obter dados no que se refere aos direitos em questão. Ao longo dos séculos, comunidades camponesas e povos tradicionais selecionaram e cultivaram sementes como um bem comum a ser trocado entre eles. Hoje, tendo a agricultura virado agronegócio, as sementes são geridas por grandes conglomerados agroquímicos, viraram fonte de negócios e acumulação privada. As grandes empresas tornam as sementes escassas pela privatização, interferem no seu DNA e as tornam transgênicas, comercializam a elas e a seu pacote químico, para que possam crescer e produzir.

É fundamental pensar nos bens comuns agora, quando ressurgem um racismo territorial, segregacionista, que impede moradores de favela e da Zona Norte de mover-se e de curtir a praia e a cidade que são de todos.

Camponeses e povos tradicionais foram expropriados de um bem comum fundamental. Perderam eles, e a humanidade inteira, em termos de segurança alimentar, saberes e biodiversidade, pois hoje cinco ou seis culturas perfazem o essencial da produção de grãos. Como fazer indicadores dos direitos de cidadania envolvidos?

A água – outro bem comum essencial para a vida – é um estoque dado. O problema é o modo de seu uso. Desmatamos, secamos nascentes e poluímos os rios com lixo; salinizamos o mar, rompendo com o ciclo ecológico da água – chuvas e nevasdas, nascentes, córregos, rios, mares, evaporação, formação de nuvens, frentes frias, chuvas e nevasdas, e por aí vai. Fazemos uso predatório de estoques em aquíferos. Hoje, as grandes nascentes no planeta estão sendo adquiridas por grandes corporações, como Coca-Cola e Nestlé, que nada mais fazem do que engarrafar e vender um bem comum essencial. Como fazer indicadores de cidadania para um território determinado sobre a água como direito de cidadania?

A música também é um bem comum produzido coletivamente, mas a propriedade intelectual por alguns ameaça até sua expansão e criatividade. De quem é o samba, genuína cultura brasileira? Algo semelhante ocorre com um bem produzido em combinação com bens naturais, como a cidade. As favelas são cidade, uma entre as muitas formas de se construir e ser cidade, com necessidades específicas, compartilhadas por seus moradores. Nas estatísticas, o nosso IBGE nomeia as favelas como “aglomerados subnormais”. Que indicadores de cidadania é possível extrair daí a não ser a violação de direitos até na denominação? É fundamental pensar nisso neste momento em que ressurge um racismo territorial, segregacionista, que impede moradores de favela e da Zona Norte de curtirem e de se moverem na cidade, que é de todo mundo, e frequentarem suas praias, um bem comum reconhecido e muito impregnado no nosso modo de ser Rio de Janeiro.

Para concluir, esses são exemplos dos desafios que o Ibase enfrenta na criação de indicadores de cidadania que sirvam para aquilo para o que foram concebidos: ser instrumentos que fortaleçam a cidadania em suas lutas por liberdade e igualdade de direitos na diversidade e por cidades para todos, sem discriminações. ♥

[Conheça melhor o projeto Indicadores de Cidadania e sua metodologia](#)



Colaboradores e ex-colaboradores do Ibase, na seção especial de Betinho, a esperança equilibrista, no Rio (Foto: João Bosco)

Caleidoscópio

Betinho, 80 anos

O documentário *Betinho, a esperança equilibrista* foi exibido durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que envolve sociedade civil, governo e observadores. Os participantes assistiram à seção especial no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília, exatamente no dia **3 de novembro**, data em que o sociólogo Herbert de Souza faria 80 anos. O filme de Victor Lopes recebeu o prêmio de melhor longa documentário no Festival do Rio e está nos cinemas desde o dia **29 de outubro**.

Rio na Marcha do Povo pelo Clima

No dia **29 de novembro**, às vésperas da Conferência do Clima em Paris (COP-21), pessoas, organizações e coletivos em várias partes do mundo farão manifestações em favor de ações que possam verdadeiramente frear e enfrentar as mudanças climáticas e a destruição do meio ambiente em todos os seus aspectos.

No Rio de Janeiro a mobilização acontecerá a partir das 10 horas, no Posto 8, em Ipanema.

Sua instituição está lançando uma campanha? Vão realizar um evento? Assistiu a um filme imperdível? Envie seu texto com até 10 linhas e imagem de apoio com 300 DPI para o email comunicacao@ibase.br

Agronegócio e agricultura familiar

O seminário *Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: cenários e perspectivas* acontece nos dias **18 e 19 de novembro** no CPDA. O evento é uma organização da ActionAid junto ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). A proposta é criar um espaço de balanço e reflexão sobre a trajetória da agricultura familiar e do agronegócio brasileiros nas últimas décadas. O seminário começa às 17 horas do dia 18. A entrada é livre e independe de inscrição.

Fórum de Juventudes

O Instituto de Formação Humana e Educação Popular (Ifhep) está organizando um ato em parceria com o Fórum de Juventudes RJ contra o genocídio do povo negro. O encontro será no dia **21 de novembro** e as atividades começam pela manhã, no Calçadão de Campo Grande.



Mulheres negras

A Marcha Nacional das Mulheres Negras vai acontecer no dia **18 de novembro** em todo o país, com diversas atividades. O Brasil tem 49 milhões de mulheres negras, o que representa 25% de sua população. Ainda assim, esse é o grupo que mais sofre racismo e sexismo e que, há anos, enfrenta todo tipo de injustiça e negação de sua existência. Luciene Lacerda fala um pouco sobre essa luta na nossa seção “Entrevista”.

Amazônia de Chico Mendes

Pássaro sem rumo – uma Amazônia chamada Genésio, de Genésio Ferreira da Silva, foi lançado no dia **27 de outubro**, no Rio de Janeiro e está à venda nas livrarias. Ele conta as esperanças e desesperos de uma Amazônia ainda ameaçada pelo poder econômico, como nos tempos de Chico Mendes. O relato, escrito quando o autor ainda tinha 14 anos e foi testemunha do assassinato do ambientalista, foi resgatado por dois jornalistas e agora está ao alcance de todos.

Curta-metragem

Atenção, estudantes universitários! A Secretaria Estadual de Cultura está com o edital Elipse aberto até o dia **30 de novembro**. Serão selecionados 12 projetos de curta-metragem. Cada um dos ganhadores será contemplado com R\$ 12,5 mil para a realização do filme. Não há qualquer exigência temática ou de gênero para os filmes.

iBase.